

BIBLIOTHECA DA FACULDADE DE DIREITO
DO RECIFE

OBRA
VOLUME

N.
30100

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

EXTRACTO

DO REGULAMENTO INTERNO DA FACULDADE
DE DIREITO DO RECIFE.

Art. 82.— Os livros da Bibliotheca não poderão ser objecto de leitura fóra do Estabelecimento, salvo pelos Professores da Faculdade ou Livres docentes que mantiverem curso no Instituto, por um prazo nunca excedente de 30 dias, podendo o Bibliothecario exigir a entrega immediata de qualquer livro, desde que este seja reclamado para consulta.

Art. 83.—No salão de deposito dos livros somente é permitido o ingresso aos Professores e aos empregados da secção. Os chefes e empregados das outras secções, os estudantes e o publico em geral, serão attendidos no salão de leitura, mediante pedidos impressos, que lhes fornecerão os empregados do serviço.

Art. 85—Ao Bibliothecario incumbem :

5.—observar e fazer observar este Regimento e o Decr. n. 11 530, mantendo rigorosamente a ordem, o aseo e o respeito em todas as secções da repartição a seu cargo ;

6.—communicar immediatamente ao Director qualquer facto anormal que se dê na mesma repartição.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

1.^a CADEIRA DA 1.^a SERIE

Encyclopedia

Dr. Laurindo Leão

Professor ordinario

Anno de 1912



IMPRESA INDUSTRIAL

49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51
RECIFE—1912

UNIVERSIDADE DO RECIFE
FACULDADE DE DIREITO
BIBLIOTECA

F 1907		
30	11	1949



Programma de Ensino

DA

1.^a Cadeira da 1.^a Serie

Encyclopedia

Preliminares

1. As formas communs do estudo geral do direito: philosophia, encyclopedia e theoria geral do direito. Successibilidade historica e factores, conceitos e caracteres differencias.
2. Variedades da encyclopedia juridica. Impossibilidade da rudimentar pela controversia de todo principio do direito e da minuciosa pela diffusão das materias.
3. Valores da encyclopedia e das outras formas de estudos geraes do direito. Preferencias por uma das formas ou por duas e reconhecimento das tres.
4. Desenvolvimento historico de encyclopedia geral, como da philosophia e suas phases: ontologica, ideologica, methodologica, e phenomenista. Seu objecto quadruplo: systematico, historico, methodologico e philosophico.

Methodologia

5. Theoria logica dos methodos e suas soluções apriorista, empirista e phenomista. Os methodos sociaes deductivos, directo e indirecto de | St Mil.
6. Theoria complementar dos methodos analogicos e suas soluções : cosmica, vital, psychica e sociall zoologica e ethnologica.

Revista das doutrinas

7. Doutrina do direito natural. Derivação espiritua- lista e formulas idealistas do bem, justiça e força psychica ou organica etc. Caracter moralista.
8. Doutrina do direito positivo. Derivação materia- lista e formula realista da unidade, força psychica ou vital etc. Caracter naturalista.
9. Doutrina scientifica do direito. Restricção pheno- menal e formulas inductivas e deductivas, das leis naturaes e moraes. Multiplicidade dos prin- cipios do direito, existencia e conservação, liber- dade, honra, altruismo, propriedade etc. do in- dividuo e da collectividade.

Revista das sciencias do direito

10. Caracteres da sciencia, em relação á arte e á phi- losophia e seu reconhecimento nas sciencias do direito. Seu logar nas classificações de sciencias usuaes.
11. Relações da sciencia do direito com as mais scien- cias, especialmente as da sociedade e do espirito sobretudo com a moral e com as philosophias respectivas.

12. Divisão das sciencias do direito, em publico e privado. cada um em nacional e internacional e suas subdivisões, como do publico em penal, processual, etc.
13. Direito das pessoas. Conceito, desenvolvimento historico e factores da personalidade, seus direitos principaes, capacidade e responsabilidade. Restricção politica do estrangeiro. Condição juridica da mulher. Pessoa juridica.
14. Direito das familias. Conceito, desenvolvimento historico e factores da familia. Matrimonio, suas condições, seu caracter contractual, relações conjugaes, pessoas e reaes. Poder marital e paterno. Divorcio. Relações parentaes. Tutela e curatela.
15. Direito das successões. Conceito, desenvolvimento historico e factores. Suas formas: testamentaria, ab intestata e necessaria. Ordem successoria.
16. Direito das cousas. Conceito, desenvolvimento historico e factores da propriedade e mais direitos reaes. Formas, aquisição, alienação, extincção. Limites ao direito de propriedade e pretensões socialistas.
17. Direito das obrigações. Conceito, desenvolvimento historico e factores. Elementos, fontes, modalidades, irrealisação e extincção.
18. Direito commercial. Conceito, desenvolvimento historico e factores do commercio, da commercialidade, do commerciante e agentes auxiliares e das mercadorias. Caracteres, função e divisão do commercio e do direito.

19. Direito publico. Conceito, desenvolvimento historico e factores do Estado. Sua differença da sociedade civil, seus elementos, formas, base, caracter e fins. Forma do governo e suas modalidades.
20. Direito administrativo e sciencia da administração. Conceito, desenvolvimento historico e factores da administração. Acção do Estado sobre a sociedade. Relações da sciencia da administração com a politica e com o direito administrativo.
21. Direito penal. Conceito, desenvolvimento historico e factores do crime, criminoso, responsabilidade, pena e punição. Sciencias auxiliares: anthropologia e sociologia.
22. Direito processual. Conceito, desenvolvimento historico e factores do juizo, da acção e do processo. Especies de cada um e suas modalidades. Elementos do processo.
23. Direito internacional. Conceito, desenvolvimento historico e factores das relações internacionaes dos Estados. Suas especies e institutos. Direitos dos Estados e suas fontes.
24. Direito internacional privado. Conceito, desenvolvimento historico e factores dos direitos dos estrangeiros, da solução dos conflictos e das execuções dos actos juridicos nos factos, e nas doutrinas e nas leis, especialmente as brasileiras.

Synthese da revista das sciencias

25. Lei do desenvolvimento historico do direito e suas phases nas soluções, progressista, evolucionista, eclectica e phenomenista.

26. Lei da produção do direito e seus factores nas soluções, finalista, causalista, eclectica e phenomenista. Acção do Estado sobre o direito e vice-versa.
27. Lei da constituição do direito e seus caracteres nas soluções, consciencialista, mecanicista, eclectica e phenomenista.
28. Caracteres do direito. Direito immutavel e universal do idealismo. Direito mutavel e nacional do naturalismo. Direito positivo de generalisação universal do phenomenismo. Conceito do direito.

Faculdade de direito do Recife, 1.º de Março de 1912.

O Professor ordinario,

DR. LAURINDO LEÃO.

Approvado em Congregação de 27 de Março de 1912.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

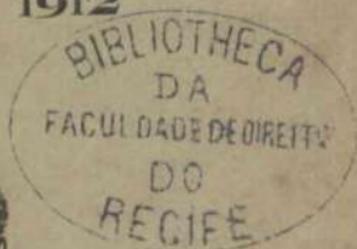
E 1.^a DA 2.^a SERIE

Direito Internacional Publico, Pri-
vado e Diplomacia

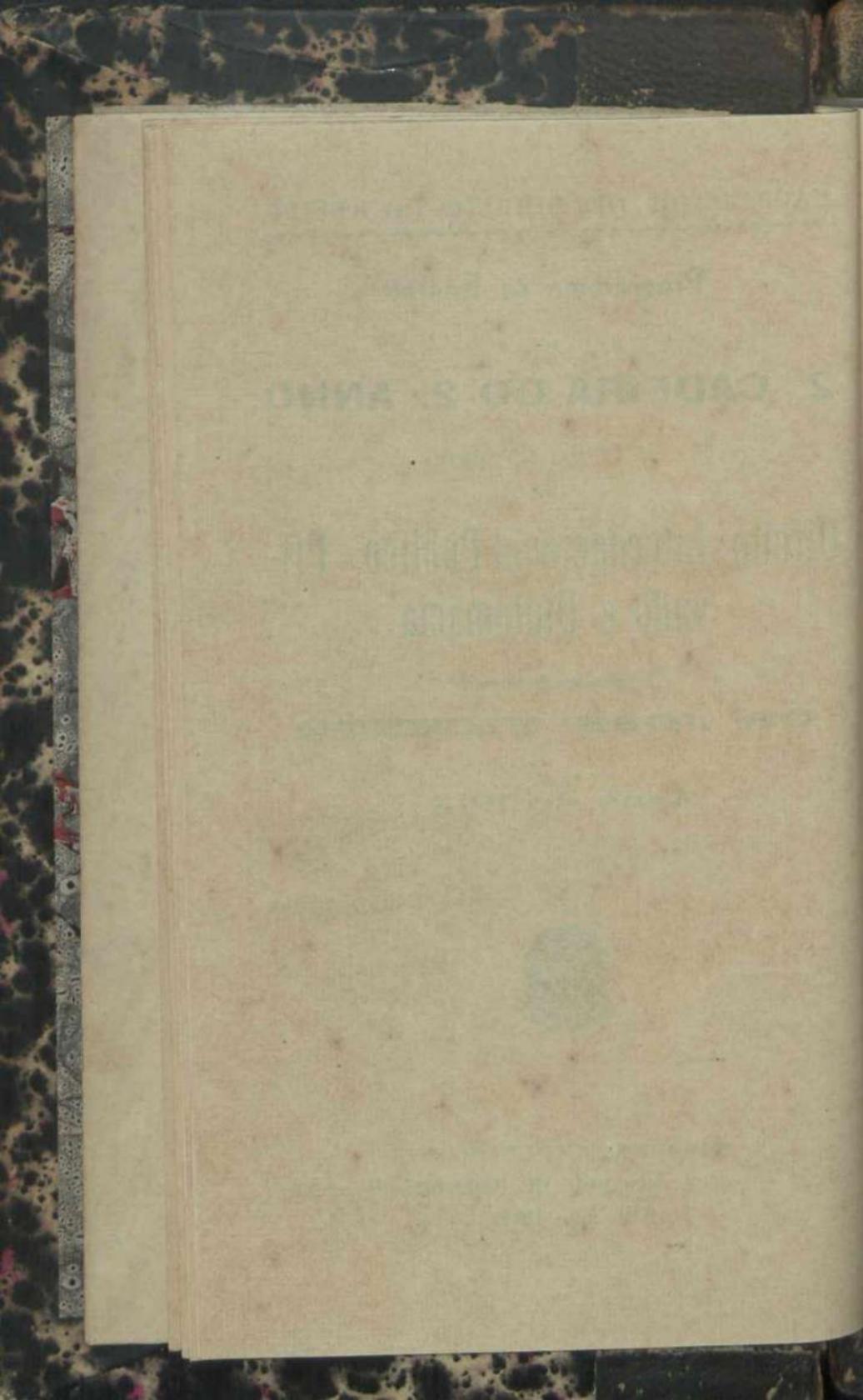
Professor Ordinario

DR. JOSE' VICENTE

Anno de 1912



IMPRENSA INDUSTRIAL
49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51
RECIFE—1912



Programma de Ensino

DA

2.^a Cadeira do 2.^o Anno

E 1.^a DA 2.^a SERIE

Direito Internacional Publico, Privado e Diplomacia

PRIMEIRA PARTE

Direito Internacional Publico

1. 1. Sociedade dos estados, 2. Necessidade e fundamento do direito internacional. 3. Definição e divisão desse direito. 4. Importancia do seu estudo. 5. Fontes do mesmo direito. 6. Sciencias connexas e auxiliares. 7. Objecções contra a existencia do direito internacional publico e respostas a essas objecções.
2. 1. Das pessoas do direito internacional. 2. O estado, o homem e a igreja. 3. O que se entende por Nação e por Estado. 4. Do principio das nacionalidades.
3. 1. Da soberania, sua divisão e seu reconhecimento. 2. Aquisição, garantia e perda da soberania. 3. Personalidade Internacional.

4. 1. Classificação dos Estados, quanto á sua estrutura ou elementos de formação, quanto á sua soberania e quanto á sua importancia politica. 2. Estados simples e Estados compostos. 3. Estados homogêneos e Estados heterogêneos. 4. União dos Estados. 5. União pessoal e união real. 6. União federal, confederação e imperio federal. 7. Outras espécies de Estados.
5. 1. Direitos do Estado. 2. Sua divisão. 3. Direito de conservação. 4. Do equilibrio politico.
6. 1. Direito de independencia e seus corollarios. 2. Intervenção. 3. Doutrina de Monroe.
7. 1. Extradicação. 2. E' ella puramente convencional ou inherente á soberania do Estado? 3. Autoridade competente para pedir e conceder a extradicação. 4. Quaes as pessoas sujeitas á extradicação e os crimes que ella comprehende. 5. Principios geralmente admittidos em materia de extradicação. 6. Extradicação dos desertores.
8. 1. Direito de egualdade. 2. Desegualdade de facto. 3. Honras e precedencias. 4. Titulos dos Estados e de seus soberanos. 5. Do ceremonial e suas espécies.
9. 1. Direito de propriedade. 2. Modos de aquisição da propriedade entre os Estados. 3. Entre elles conta-se a usucapião? A theoria do Hinterland.
10. 1. Do territorio. 2. Limites do territorio. 3. As servidões internacionaes. 4. Jurisdicção territorial maritima. 5. A liberdade dos mares. 6. A navegação dos rios.
11. 1. Direitos condicionaes. 2. Direitos do dominio

privado ou direitos patrimoniaes do Estado
3. Tratados e convenções e sua divisão. 4. Condições essenciaes para a validade dos tratados e convenções. 5. Ratificação dos tratados. 6. Promulgação e interpretação dos tratados. 7. Dos efeitos dos tratados. 8. Meios de assegurar a execução dos tratados. 9. Dos tratados de alliança. 10. Da suspensão e extincção dos tratados.

12. 1. Deveres internacionaes do Estado. 2. Dever de não intervenção. 3. Dever de assistencia mutua. 4. Dever de humanidade. 5. Da responsabilidade do Estado por actos de seus funcionarios e de seus nacionaes. 6. Dos prejuizos soffridos por estrangeiros em tempo de commoção interna ou de guerra civil.
13. 1. Dos direitos internacionaes do homem. 2. Direito de inviolabilidade e de liberdade individual. 3. Direito de liberdade civil e de nacionalidade. 4. Direito de invocar em seu favor a protecção de seu governo e a lei de sua patria para regular sua condição civil. 5. Direito de emigração. 6. Direito de exercer livremente sua actividade. 7. Direito de propriedade. 8. Direito de liberdade de consciencia. 9. Deveres internacionaes do homem.
14. 1. Direitos internacionaes da igreja. 2. Direito de liberdade de estabelecimento e de organização. 3. Direito de se governar livremente. 4. Direito de representação. 5. Deveres internacionaes da igreja. 6. O papa perante o Direito internacional.
15. 1. Dos meios pacificos de regular as desintelligencias entre os Estados. 2. Quaes têm sido e são actualmente esses meios. 3. Do arbitramento em particular. Dos meios violentos a

que recorrem os Estados em defeza de seus direitos e quaes elles sejam.

16. 1. A guerra, seu fundamento e suas diferentes espécies. 2. A quem compete fazer a guerra. 3. Declaração da guerra. 4. Publicação da guerra e sua notificação aos Estados neutros. 5. Efeitos da declaração de guerra. 6. Da lei de guerra e da razão de guerra. 7. Diferença entre a guerra terrestre e a marítima em relação á propriedade privada do inimigo e também em relação ás pessoas.
17. 1. Dos meios licitos e dos meios illicitos de fazer mal ao inimigo. 2. Os aerostatos. 3. As surpresas, os enganos, as emboscadas, as notícias falsas, os estratagemas. 4. Dos correios, mensageiros e guias. 5. Do assedio e do bombardeamento. 6. Dos espíões e traidores. 7. Do assassinato do inimigo. 8. Armas prohibidas e declaração de S. Petersburgo de 11 de Dezembro de 1868.
18. 1. Dos combatentes e não combatentes. 2. Exercitos permanentes. 3. Como devem ser tratados os combatentes durante o combate e depois do combate. 4. Mortos, enfermos e feridos e convenção de Genebra de 22 de Agosto de 1854. 5. Prisioneiros de guerra.
19. 1. Occupação militar. 2. Direitos e obrigações que d'ella decorrem. 3. A pilhagem ou o saque. 4. Os despojos. 5. Contribuições e requisições militares. 6. Indemnisação de guerra.
20. 1. Do corso. 2. Tentativas feitas para abolição do corso. 3. Declaração do Congresso de Paris de 16 de Abril de 1856. 4. Creação de uma marinha voluntaria por decreto do rei da Prussia de 24 de Julho de 1870, ao tempo da guerra franco-allema.

21. 1. Relação entre os belligerantes. 2. Os passaportes, salvo-conductos e salvaguardas. 3. Os parlamentarios. 4. As convenções militares. 5. Suspensão d'armas, treguas e armistícios. 6. As capitulações.
22. 1. Neutralidade, sua definição, divisão e fundamento. 2. Precedentes históricos. 3. Deveres dos neutros. 4. Direitos dos neutros. 5. Especialmente da liberdade do commercio.
23. 1. Do contrabando de guerra. 2. Especies de contrabando. 3. Classificação dos artigos que o constituem. 4. Determinação do caracter de contrabando em relação ás mercadorias. 5. Condições do exercicio de direito de apprehender o contrabando. 6. Repressão do contrabando de guerra. 7. Do contrabando por analogia.
24. 1. Do direito de visita. 2. Extensão e fundamento do direito de visita. 3. Regras seguidas no exercicio d'esse direito. 4. Limites do direito de visita. 5. Consequencias da recusa ou da resistencia opposta á visita. 9. Visita dos navios em comboio.
25. 1. Do bloqueio e seu fundamento. 2. A quem cabe declarar o estado do bloqueio. 3. O bloqueio deve ser effectivo. Declaração do Congresso de Paris de 16 de Abril de 1851. 4. Notificação, extensão, suspensão e cessação do bloqueio, violação do bloqueio e suas consequencias.
26. Das presas maritimas. 2. Julgamento das presas e tribunaes competentes para esse julgamento, 3. Responsabilidade do navio captor. 4. Recurso do capturado para o seu governo, afim de que este intervenha ante o captor. 5. Responsabilidade do Estado captor. 6. Das presas conduzidas ao porto de um Estado neutro por

navios armados em território desse Estado ; das que são feitas em mares territoriaes de um Estado neutro e das que o são em navios e propriedades do Estado, para cujos portos são conduzidos. 7. Das presas feitas em commum. 8. Destruição, abandono e resgate da presa. 9. Retomadias ou represas.

27. 1. Modo de terminar a guerra. 2. Tratado de paz, sua forma e outros requisitos. 3. Paz preliminar e paz definitiva. 5. Execução do tratado de paz. 6. Direito de post-liminio.

SEGUNDA PARTE

Diplomacia

28. 1. Diplomacia.. 2. Sua definição, seus fins e utilidade.
28. 1. Direito de legação, 2. Classificação dos agentes diplomaticos ou ministros publicos. 3. Requisitos para o exercicio da diplomacia e para a nomeação de um diplomata. 4. Responsabilidade dos agentes diplomaticos.
30. 1. Das credenciaes. 2. Dos plenos poderes. 3. Das instrucções. 4. Direito que tem cada estado de determinar as classes e numero de seus agentes diplomaticos. 5. Do ceremonial diplomatico. 6. Das missões diplomaticas e suas especies. 7. Como findam as missões diplomaticas.
31. 1. Prerogativas dos ministros publicos. 2. Da individualidade e seus effeitos e excepções. 3.

Da independência. 4. Da exterritorialidade, sua aplicação e efeitos.

32. 1. Origem dos consulados. 2. Nomeação dos consules. 3. Caracter dos consules, suas attribuições e immuniidades. Suspensão e fim das funções consulares.

TERCEIRA PARTE

Direito Internacional Privado

33. 1. Direito internacional privado. 2. Definição e terminologia. 3. Fundamento do direito internacional privado. 4. Fontes do mesmo direito. 5. Como deve o juiz applicar a lei estrangeira. 6. Personalidade e territorialidade do direito; da lei nacional e da lei do domicilio. 7. Theoria dos estatutos. 8. Da condição civil dos estrangeiros.

Conflicto das leis civis

34. 1. Das pessoas naturaes. 2. Da nacionalidade. 3. Do estado e da capacidade. 4. Do matrimonio e do divorcio: Decreto n. 184 de 24 de Janeiro de 1890.
35. 1. Da paternidade e da filiação. 2. Da legitimação e reconhecimento do filho natural e da adopção. 3. Do patrio poder. 4. Da emancipação. 5. Da tutela e da curatela. 6. Da successão.
36. 1. Das obrigações. 2. Das obrigações con-



vencionaes, 3. Das obrigações que se formam sem convenção. 4. Das pessoas juridicas estrangeiras.

37. 1. Das cousas ou dos bens. 2. A *lex rei sita*. 3. A regra *mobilia ossibus inhaerent*. 4. Direitos reaes. 5. Por que lei deve ser feita a classificação das cousas em moveis ou immoveis.

Conflicto das leis commerciaes

38. 1. Actos de commercio, commerciantes e livros de commercio. 2. Das sociedades commerciaes. 3. Da letra de cambio. 4. Dos navios e da transmissão da propriedade dos mesmos. 5. Do contracto de fretamento. 6. Da abalroação, do naufragio e do salvadêgo. 7. Da avaria.
39. 1. Da fallencia. 2. O problema do direito internacional da fallencia. 3. Da territorialidade e da unidade ou universalidade da fallencia. 4. Da moratoria. 5. Da concordata. 6. Da reabilitação.

Conflicto das leis formaes e de processo

40. 1. Da forma dos actos. 2. O principio *locus regit actum*. 3. Da competencia dos juizes. 4. Litigio entre estrangeiros. 5. Da regra *actor sequitur forum rei*. 6. A caução *Judicatum solvi*.
41. 1. Fórmãs *ordinaria litis* e *decisoria litis*. 2. Das provas. 3. Das cartas ou commissões rogatorias e das medidas assecratorias de direitos.

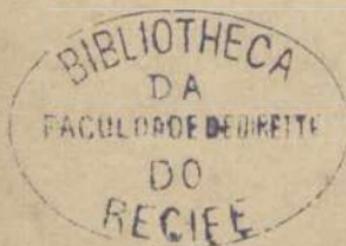
4. Dos efeitos das sentenças estrangeiras e de sua execução. 5. Do processo, da sentença e penas criminaes.

Faculdade de Direito do Recife, 1.º de Março de 1912.

O Professor ordinario

DR. JOSE' VICENTE MEIRA DE VASCONCELLOS.

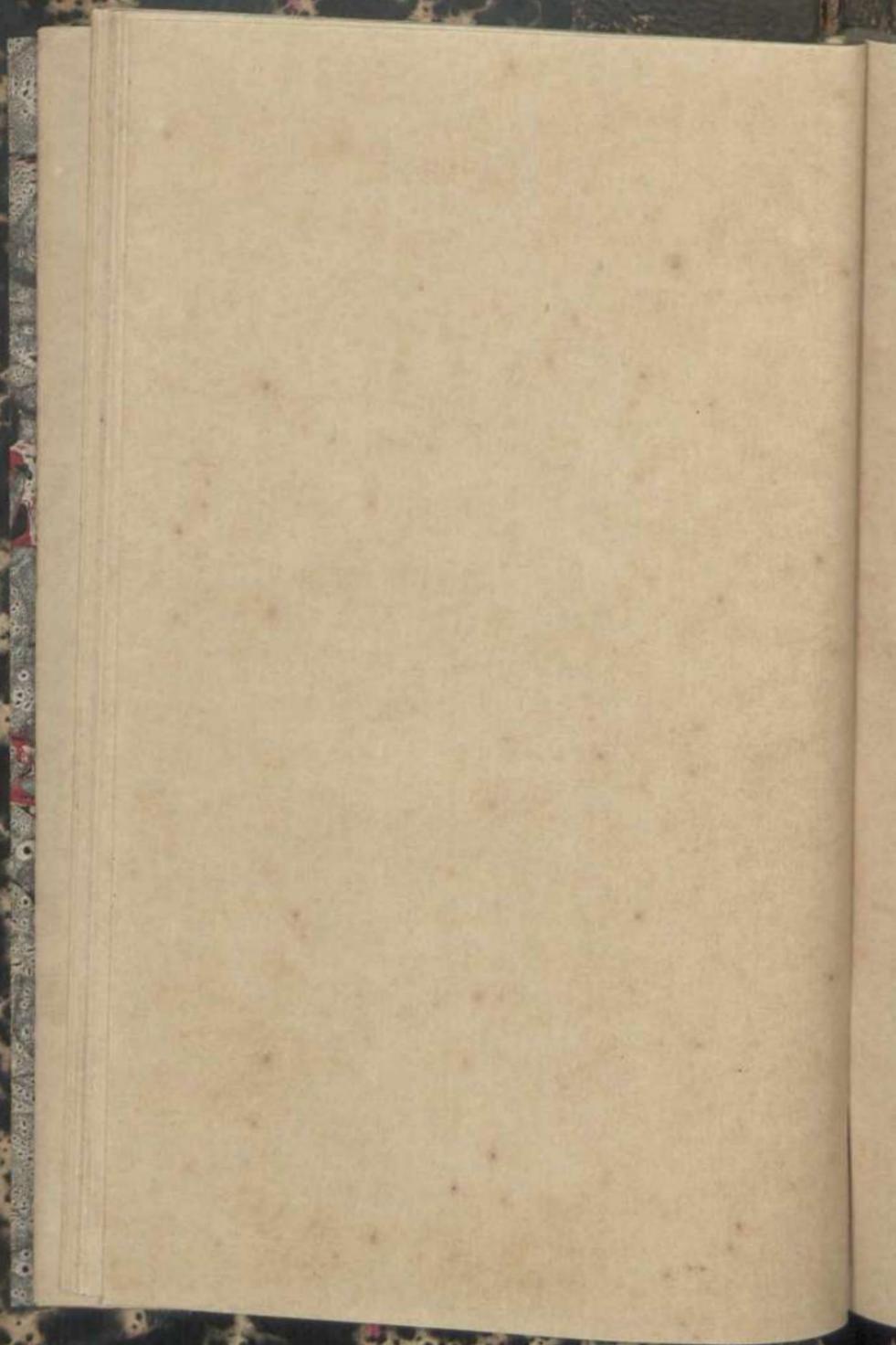
Approvado em Congregação de 27 de Março de 1912.



O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

1.ª CADEIRA DO 2.º ANNO

E 2.ª DA 1.ª SERIE

Direito Publico e Constitucional

O Professor ordinario

Dr. Virginio Marques

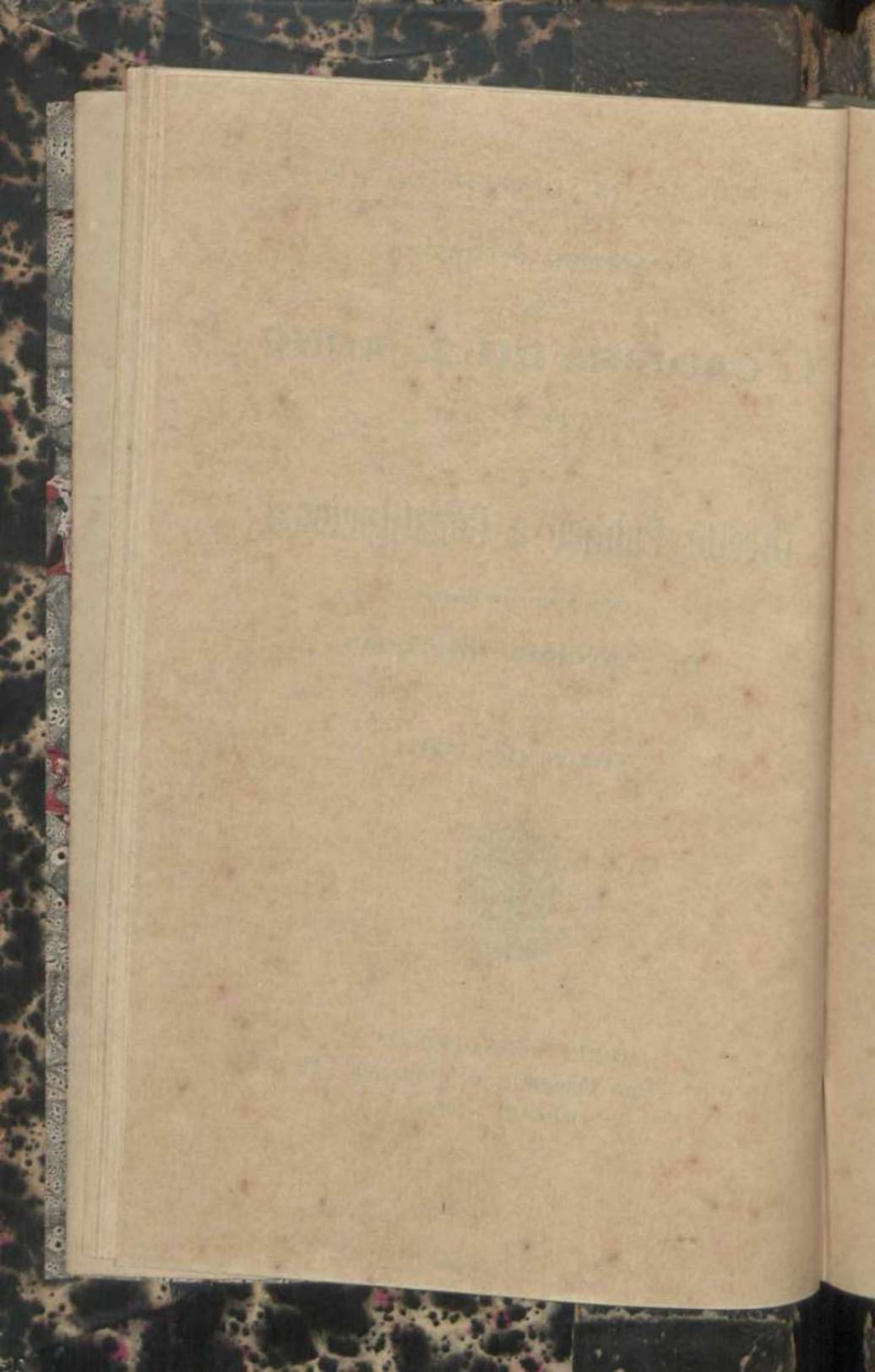
Anno de 1912



IMPRENSA INDUSTRIAL

49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51

RECIFE—1912





Programma de Ensino

DA

1.^a Cadeira do 2.^o Anno

E 2.^a DA 1.^a SERIE

Direito Publico e Constitucional

1. Do direito em geral. Direito publico e privado. Direito Constitucional.
2. Conceito do Estado. Critica das diversas theorias relativas aos fins do Estado.
3. A soberania e sua legitimidade. Critica das diversas theorias relativas á origem da soberania. Caracter da soberania.
4. O poder publico. Necessidade da divisão das funcções do poder publico e da harmonia entre os differentes ramos desse poder. O poder constituinte não é distincto do poder legislativo.
5. Do governo. Classificação das formas de governo. O parlamentarismo e o presidencialismo.
6. Constituição, sua natureza. As Leis secundarias.

A constituição ingleza e sua influencia nas outras constituições. As constituições dos Estados-Unidos do Norte e da Suissa.

7. Historia do regimen constitucional no Brazil. A constituição de 24 de Fevereiro de 1891.
8. Regimen federal. Organização federal brasileira. A União e os Estados.
9. Organs da soberania nacional. O poder legislativo e sua natureza. Unidade e dualidade de camaras. Systemas eleitoraes. Necessidade da representação das minorias.
10. A Camara dos deputados e sua composição.
11. O Senado e sua composição. Funções do Senado.
12. Atribuições espeziaes da Camara e do Senado.
13. Das leis. Limite permanente e temporario á actividade legislativa. Da sancção, promulgação e publicação das leis. O véto presidencial.
14. Do poder executivo e sua organização na monarchia e na republica. Do presidente e vice-presidente da republica. Atribuições do presidente da republica.
15. Dos Ministros, suas funções, seu character e sua responsabilidade.
16. Da eleição presidencial. Diversos systemas para a escolha do presidente da republica. Duração do mandato.
17. Responsabilidade do presidente da Republica.

Competencia para accusal-o, tribunal que o julga e forma do julgamento.

18. O poder judiciario na monarchia e na republica. Diversos systemas de organisação do poder judiciario.
19. Organisação judiciaria federal. O Supremo Tribunal Federal. Tribunaes e juizes singulares. —O Jury.
20. Do tribunal de contas e seu fim.
21. Dos Estados, sua autonomia e independencia.
22. Do Municipio. Autonomia municipal.
23. Cidadão brasileiro. Nativismo e naturalisação. Aquisição, suspensão e perda dos direitos de cidadão brasileiro.
24. Declaração de direitos. Fundamento philosophico e historico do reconhecimento dos direitos individuaes nas legislações.
25. Direito de liberdade. Liberdade de consciencia. Relações entre a Egreja e o Estado.
26. A liberdade profissional, restricções que comporta.
27. A manifestação do pensamento. Liberdade da imprensa e do ensino.
28. A igualdade civil e a desigualdade politica.
29. Do direito de propriedade. Desapropriação por utilidade publica.

30. Garantia dos direitos individuaes. O *habeas-corpus*.
31. Suspensão das garantias constitucionaes. O estado de sitio.
32. Da reforma constitucional e seu processo.

Faculdade de Direito do Recife, 1.º de Março de 1912.

O Professor ordinario,

DR. VIRGINIO MARQUES CARNEIRO LEÃO.

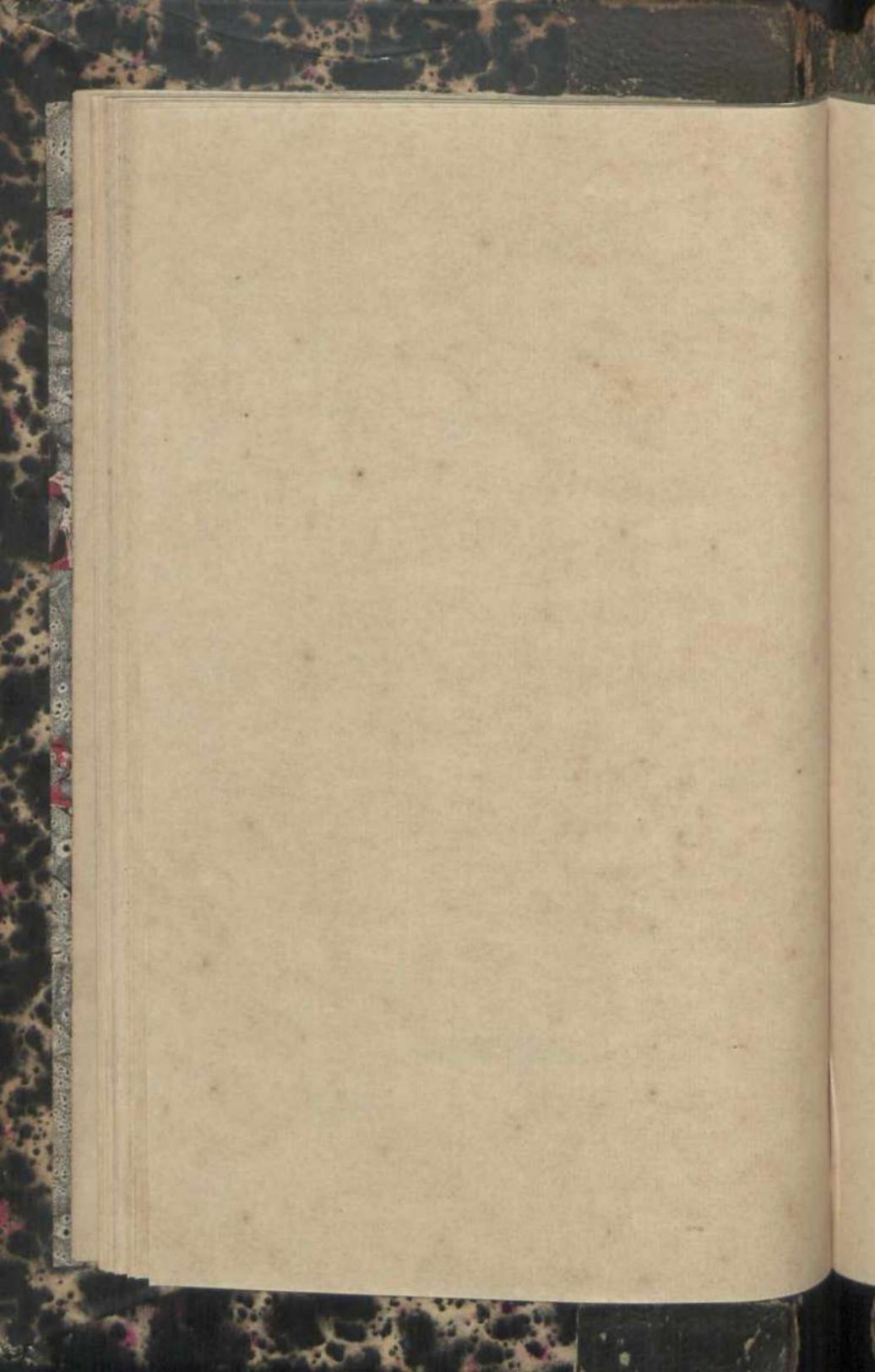
Approvado em Congregação de 27 de Março de 1912.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.







FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

3.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

Direito Civil

PRIMEIRA PARTE

Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho

Professor Ordinário

Anno de 1912



IMPRENSA INDUSTRIAL,

49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51

RECIFE—1912

INSTITUTO DE ESTUDIOS LEGISLATIVOS

Programa de Pós-graduação em Direito

3. GADEIRA DO 2. ANNO

Direito Civil

1.º semestre de 1997

1997



Programma de Ensino

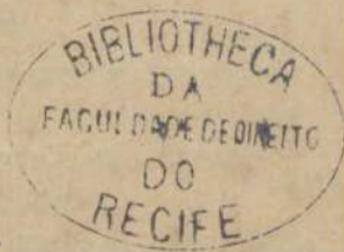
DA

3.ª Cadeira do 2.º Anno

DIREITO CIVIL

PRIMEIRA PARTE

1. O direito civil e sua evolução. O systema juridico.
2. Fontes do direito civil.
3. Da lei, suas especies, formação e obrigatoriedade.
4. Limites da lei no tempo e no espaço.
5. Do direito no sentido subjectivo, seu exercicio e collisão.
6. Theoria geral da culpa.
7. Sujeito do direito.
8. Objecto do direito.
9. Factos e actos juridicos.
10. A defeza juridica.



11. Noticia historica do casamento. O casamento civil.
12. Regimens de bens no casamento.
13. Impedimentos do casamento.
14. Efeitos do casamento nullo e annullavel.
15. Do divorcio.
16. Filiação legitima e illegitima.
17. Patrio poder. A theoria dos peculios.
18. Da tutella.
19. Da curatela.
20. Curadoria de bens de ausentes.

Faculdade de Direito de Recife, 1.º de Março de 1912.

O Professor ordinario,

DR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO.

Approved em Congregação de 27 de Março de 1912.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

I. CADEIRA DO 3.º ANNO

Direito Civil

SEGUNDA PARTE

DR. H. MILET

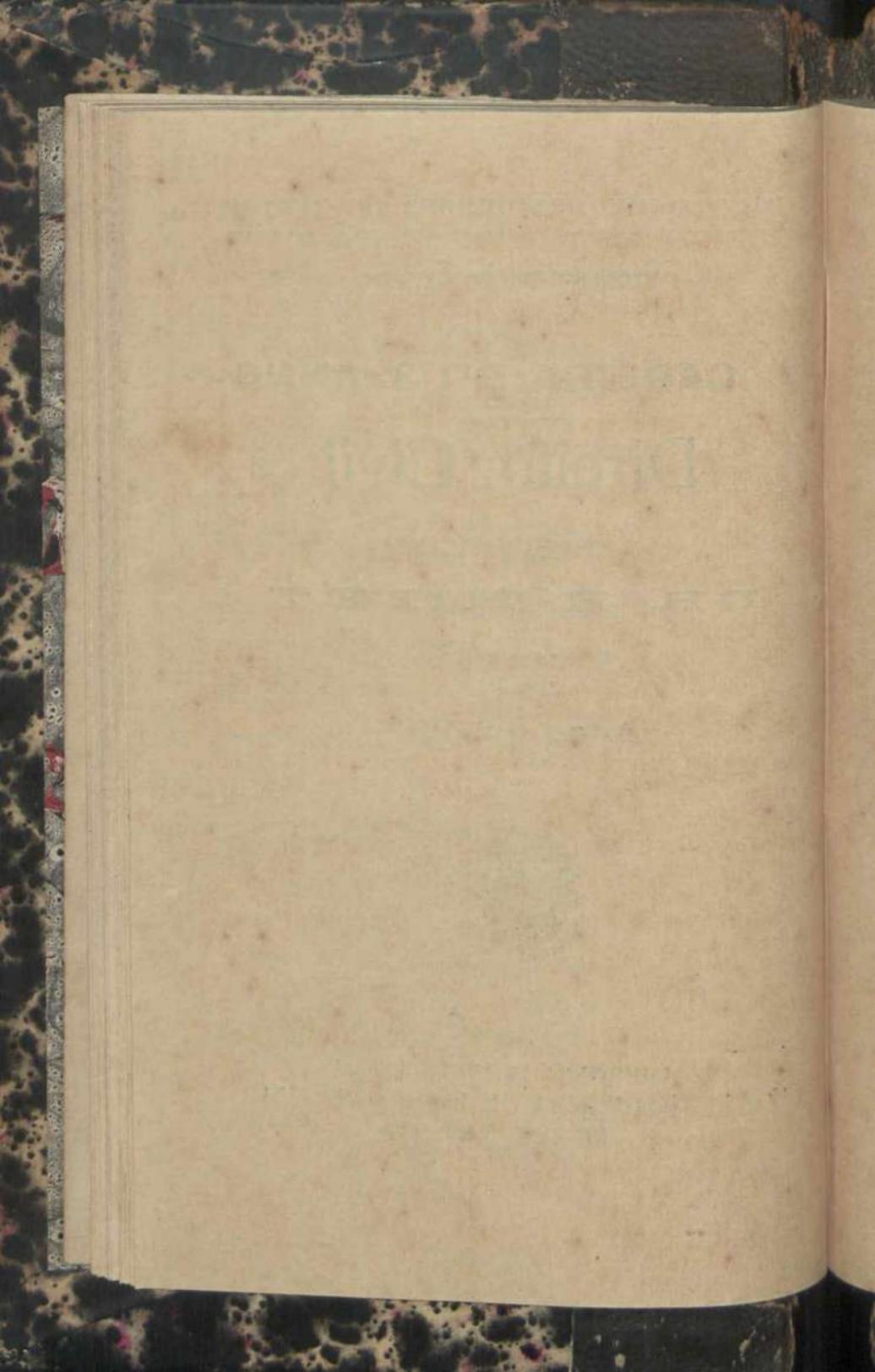
Professor ordinario

Anno de 1912



IMPRENSA INDUSTRIAL

9 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51
RECIFE—1912



Programma de Ensino

DA

1.ª Cadeira do 3.º Anno

Direito Civil

SEGUNDA PARTE

1. Noção juridica de cousa. Diversos systemas de classificação das cousas..
2. Estudo das cousas consideradas quanto ás suas propriedades naturaes.
3. Estudo das cousas consideradas segundo seus caracteres juridicos e segundo as relações que guardam entre si.
4. Theoria dos direitos reaes e pessoaes. Nossa legislação a respeito.
5. Da posse. Composse e quasi posse.
6. Effeitos da posse. Interdictos possessorios.
7. Do dominio. Condominio.
8. Do direito autoral.

9. Da occupação e accessão.
10. Da tradição e transcripção.
11. Da successão e suas especies. Capacidade successorial.
12. Da successão legitima.
13. Beneficio de representação, successão *in capita* e *in stirpes*.
14. Da successão testamentaria. Testamento, sua historia e divisão.
15. Dos testamentos ordinarios.
16. Dos testamentos extraordinarios. Desherdação.
17. Do codicillo e substituições.
18. Do legado e fideicommisso.
19. Do direito de accrescer nas heranças e legados.
20. Execução dos testamentos. Inventario e partilha.
21. Collação e licitação. Petição de herança.
22. Das servidões.
23. Do usufructo, uso e habitação.
24. Do penhor.
25. Da hypotheca,

26. Da antichrese.
27. Da emphyteuse.
28. Da prescrição acquisitiva.

Faculdade de Direito do Recife, 1.º de Março
de 1912.

O Professor ordinario

DR. H. MILET.

Approvado em Congregação de 27 de Março
de 1912.

O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

2. CADEIRA DO 3. ANNO

Direito Criminal

PRIMEIRA PARTE

Dr. Gervasio Fioravanti

Professor Ordinario

Anno de 1912



IMPRENSA INDUSTRIAL,

49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51
RECIFE—1912

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programa de Ensino

de

2. CADEIRA DO 3. ANNO

Direito Criminal

PRIMEIRA PARTE

Dr. Gervasio Fioravanti

Professor Ordinário

Anno de 1912



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECIFE
Rua Vasconcelos de Albuquerque, 10 e 61
RECIFE - 1912

Programma de Ensino

DA

2.^a Cadeira do 3.^o Anno

Direito Criminal

PRIMEIRA PARTE

1. Noção do Direito Criminal e sua posição encyclopedica. Evolução historica da sciencia do Direito Criminal. Das escolas classica, anthropologica e critico-naturalista.
2. Conceito philosophico do crime. Factores do crime. Quaes os que preponderam.
3. Da existencia de um ou mais typos anthropologicos de delinquentes. Estigmas de criminalidade. Interpretação do delinquente. De uma classificação dos criminosos.
4. Conceito legal do crime. Divisão e classificação dos factos puniveis. Interpretação da lei penal.
5. A lei penal em relação ao tempo, ao espaço e á condição das pessoas.
6. Theoria da tentativa.
7. Da autoria e suas fórmás. Da cumplicidade e suas fórmás.

8. Da responsabilidade criminal. Theorias do dolo e da culpa. Causas que dirimem a criminalidade e justificam os crimes, *A idade*.
9. *As doenças da mente. Somnambulismo, hypnotismo e suggestão*
10. *Violencia, casualidade e surdo-mudez. Do sexo.*
11. Ignorancia e erro. Consentimento do offendido. Arrependimento
12. Obediencia hierarchica. Estado de necessidade. Legitima defeza.
13. Theoria das aggravantes.
14. Theoria das attenuantes.
15. Referencia ao systema penal brasileiro. Concurso de penas e de crimes, Delictos connexos e delicto continuado. Extincção da acção penal e da condemnação.

Parte especial do codigo

16. Theoria do crime politico. Dos crimes contra a existencia politica da Republica e dos contra sua segurança interna.
17. Dos crimes contra a tranquillidade publica e dos contra o livre gozo e exercicio dos direitos individuaes.
18. Dos crimes contra a bôa ordem e administração publica; dos crimes contra a fé publica e dos contra a fazenda publica.

16. Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias: A) *violencia carnal* B) *rpto.*
C) *Lenocinio*; D) *adulterio.* Do ultrage publico ao pudor.
21. Dos crimes contra a segurança do estado civil.

Faculdade de Direito do Recife, 1.º de Março de 1912.

O Professor ordinario,

DR. GERVASIO FIORAVANTI.

Approvado em Congregação de 27 de Março de 1912.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

3.ª CADEIRA DO 3.º ANNO

Direito Commercial

Professor extraordinario em exercicio

Dr. Thomaz Lins Caldas Filho

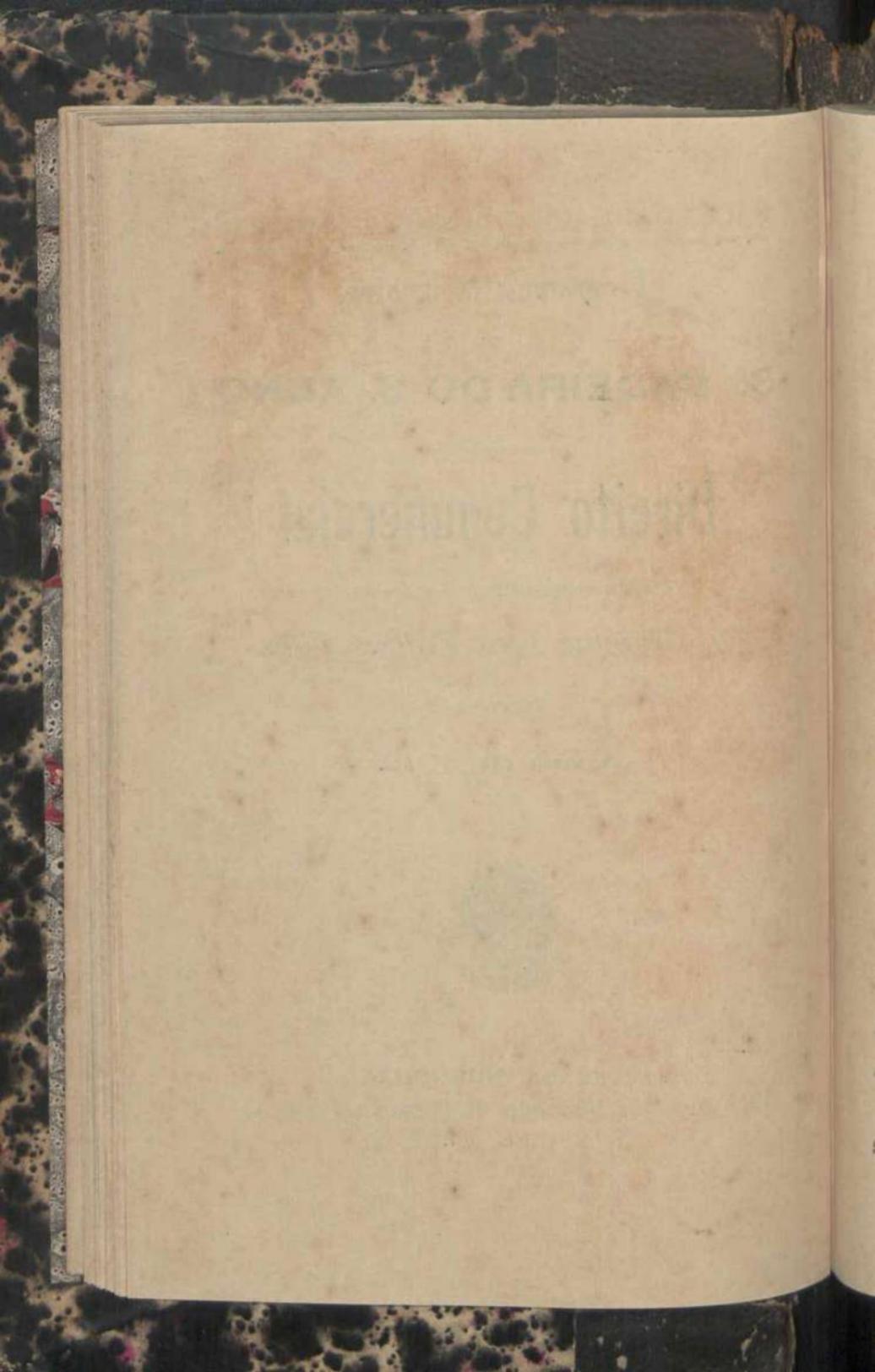
Anno de 1912



IMPrensa INDUSTRIAL

49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51

RECIFE—1912



Programma de Ensino

DA

3.^a Cadeira do 3.^o Anno

Direito Commercial

1. Do Commercio em geral. Conceito do Direito Commercial e seu desenvolvimento.
2. Conceito do Direito Commercial brasileiro, sua origem. Fontes primarias e secundarias do nosso Direito Commercial.
3. Efficacia das leis commerciaes. Da interpretação das leis commerciaes.
4. Dos actos de commercio sob o triplice ponto de vista da lei, da doutrina e do direito internacional.
5. Que é commerciante. Como se adquire e como se perde a qualidade de commerciante.
6. Direitos e obrigações do commerciante.
7. Dos livros do commerciante: suas formalidades intrinsecas e extrinsecas.
8. Da capacidade do menor e da mulher casada para o exercicio do commercio.

9. Dos agentes auxiliares do commercio.
10. Dos correctores ; direitos e obrigações.
11. Dos leiloeiros ; direitos e obrigações.
12. Dos prepostos commerciaes.
13. Das sociedades commerciaes e das regras que lhes são communs.
14. Das sociedades em nome colectivo e em commandita. Direitos e obrigações dos socios.
15. Das sociedades de capital, e industria ; das sociedades em conta de participação, direitos e obrigações dos socios.
16. Das sociedades em commandita por acções.
17. Das sociedades anonymas, sua historia, seu desenvolvimento, sua importancia economica.
18. Dos contractos commerciaes. Como se distinguem dos civis.
19. Da compra e venda mercantil.
20. Do mandato e da commissão mercantil.
21. Do deposito. Armazens geraes ; warrants.
22. Do contracto de conta corrente.
23. Da troca e da locação mercantil.
24. Do contracto de seguro.

25. Dos titulos de credito ; suas especies.
26. Da letra de cambio, sua origem. Da nota promissoria. A importancia do Dec. n.º 2044 de 31 de Dezembro de 1908.
27. Das pessoas que figuram na letra de cambio. Do saque, do endosso e do accete, do aval.
28. Vencimento e pagamento da letra de cambio ; do protesto e da intervenção.
29. Da acção cambial. Da prescripção da letra de cambio.

Recife, 1.º de Março de 1912.

O professor extraordinario em exercicio,

DR. THOMAZ LINS CALDAS FILHO.

1912. Approvado em Congregação de 27 de Março de

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

1.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

DIREITO CIVIL

TERCEIRA PARTE

Dr. Adolpho T. da C. Cirne

Professor ordinario

Anno de 1912



IMPrensa INDUSTRIAL

9 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51

RECIFE—1912

LIBRARY OF THE
UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE
WASHINGTON, D. C.

1917



U. S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE
1917

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

Programma de Ensino

DA

1.ª Cadeira do 4.º Anno

TERCEIRA PARTE

DIREITO CIVIL

Como se deve entender a locução :—Direito das obrigações. Apreciação sobre o estudo desse departamento do direito civil comparativamente com o direito das pessoas e das cousas. O que é obrigação jurídica?

Objecto das obrigações. Diferença dos efeitos das obrigações conforme o seu objecto consiste em acção ou omissão.

Classificação das obrigações. Obrigação pura, condicional, a termo e com clausula penal.

Obrigações divisíveis e indivisíveis. Conjunctivas, facultativas e alternativas.

Obrigações solidarias. Solidariedade activa e passiva.

6. Obrigações principaes e accessorias; liquidas e illiquidas.
7. Causas efficientes das obrigações. Critica succinta das theorias respectivas.
8. Contracto. Requisitos indispensaveis para a sua validade. Actos e factos juridicos.
9. Causas que invalidam os contractos: erro, violencia, dóló, simulação.
10. Obrigatoriedade dos contractos. Causas de rescisão.
11. Forma dos contractos. Regra de interpretação e modos de proval-as.
12. Diversos modos de classificação dos contractos. Noção de cada especie.
13. Contractos unilateraes; doação, especies e requisitos para sua validade. Direitos e obrigações que d'ella resultam.
14. Commodato e mutuo. Semelhanças e diferenças entre esses dous contractos. Direitos e obrigações respectivas.
15. Deposito, suas especies. Direitos e obrigações do depositante e depositario.
16. Mandato. Começo e termo do mandato. Que pessoas o podem constituir e acceitar. Direitos e obrigações.

17. Compra e venda. Objecto desse contracto e seus requisitos essenciaes. Entre que pessoas não pôde ter lugar. Direitos e obrigações que d'elle resultam. Relações entre a compra e venda e a permuta.
18. Locação, especie e caracteres. Direitos obrigações que nascem desse contracto.
19. Contracto de sociedade. Parceria agricola e pecuaria. Direitos e obrigações.
20. Contracto de seguro, seu objecto e especies. Direitos e obrigações do segurador e segurado. Seguro sobre a vida.
21. Fiança, seus requisitos e especies. Direitos e obrigações respectivas. Co-devedores e co-fiadores. Solidariedade. Beneficios de divisão e excussão.
22. Dos quasi contractos e especialmente da gestão de negocios. Das outras fontes das obrigações. Actos illicitos. Obrigações oriundas somente da prescrição legal.
23. Modos pelos quaes se extinguem as obrigações. Pagamento, remissão e renuncia da divida. Dação *in solutum*.
24. Novação e compensação. Seus requisitos, especies e efeitos.
25. Da confusão, transação e outros modos de extinguir as obrigações.

26. Prescrição e seus requisitos. Suspensão e interrupção da prescrição. Efeitos de uma e outra.

Faculdade de Direito do Recife, 1.º de Março de 1912.

O Professor Ordinario,

DR. ADOLPHO TACIO DA COSTA CIRNE

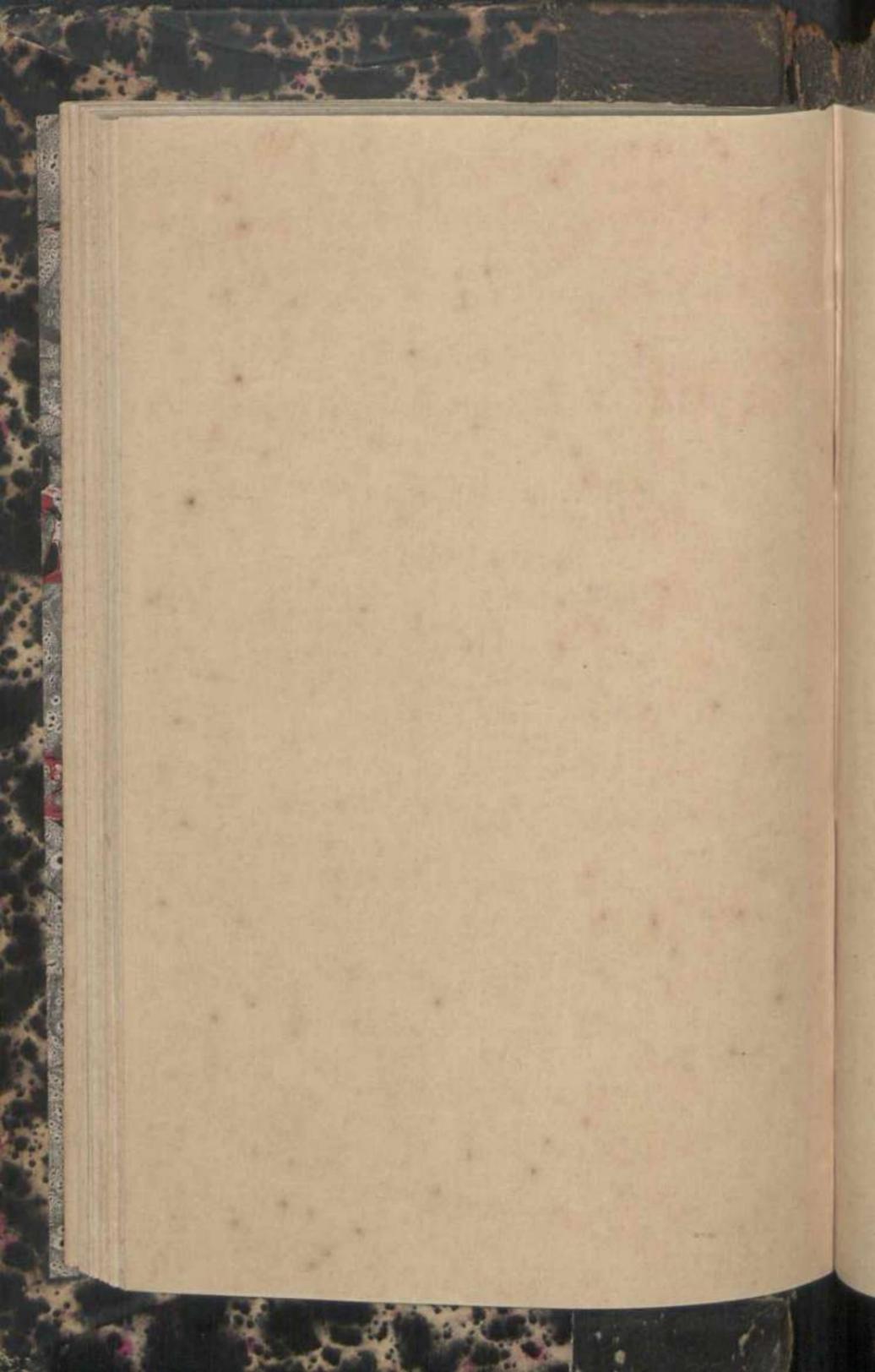
Approvado em Congregação de 27 de Março de 1912.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.







FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

Direito Maritimo

Dr. Joaquim I. de A. Amazonas

Professor ordinario

Anno de 1912



IMPrensa INDUSTRIAL

49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51
RECIFE—1912

CHINA & OVERSEAS

THE EASTERN

TRADING COMPANY

1888



Programma de Ensino

DA

2.^a Cadeira do 4.^o Anno

Direito Maritimo

1. Commercio maritimo : seu conceito, historia e importancia social.
2. Direito commercial maritimo : seu conceito, historia, desenvolvimento e classificação. Monumentos legislativos.
3. Navio : definição, natureza juridica, partes e accessorios. Especies de navio.
4. Estado civil do navio. Nacionalidade e uso da bandeira. Personalidade do navio.
5. Construcção, aquisição e transmissão da propriedade dos navios.
6. Proprietarios e armadores, Suas responsabilidades.
7. Pessoal do navio. Atribuições e responsabilidades.
8. Contracto de fretamento : a carta partida. Natureza do contracto. Modalidades. Direitos e obrigações das partes.

9. Conhecimento : suas enunciações. Modalidades que pode affectar. Sua função jurídica e economica. Natureza do titulo.
10. Contracto de transporte de passageiros.
11. Avariás: sua natureza e classificação. Liquidação e repartição da avaria grossa.
12. Naufragio e salvados. Arribada de navio, Assistencia maritima.
13. Abalroamento e suas divisões. Responsabilidades resultantes.
14. Contracto de emprestimo de dinheiro a risco maritimo.
15. Contracto de seguro maritimo, natureza e objecto. Elementos do contracto. Modalidades. Resseguro.
16. Contracto de seguro maritimo : obrigações reciprocas do segurador e do segurado. Abandono dos objectos segurados, casos em que tem logar; avaliação e indemnisação.
17. Creditos privilegiados em direito commercial maritimo.
18. Hypotheca naval.

Fallencia

19. Instituto da fallencia. Sua origem. Historia e desenvolvimento. Sua natureza e fundamento juridico. Unidade e multiplicidade da fallencia.
20. O instituto da fallencia no direito brasileiro: diversos regimens que tem sido adoptados.

21. Presupostos da fallencia. Sujeito activo e sujeito passivo. Requisitos do estado de fallencia.
22. Meios preventivos da declaração da fallencia : cessão de bens, moratoria, concordata.
23. Declaração da fallencia. Juizo competente. Meios de opposição.
24. Qualidade de commerciante. Fallencia das sociedades inclusive as anonymas. Fallencia dos não commerciantes.
25. Effeitos da sentença declaratoria da fallencia, a) civis, b) penaes.
26. Arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do fallido. Administração da fallencia.
27. Verificação e classificação de creditos. Assembléa de credores.
28. Encerramento do processo da fallencia.
29. Fallencia em direito internacional. Sentenças estrangeiras de declaração de fallencia.
30. Fallencia em direito transitorio.

Faculdade de Direito do Recife, 1.º de Março de 1912.

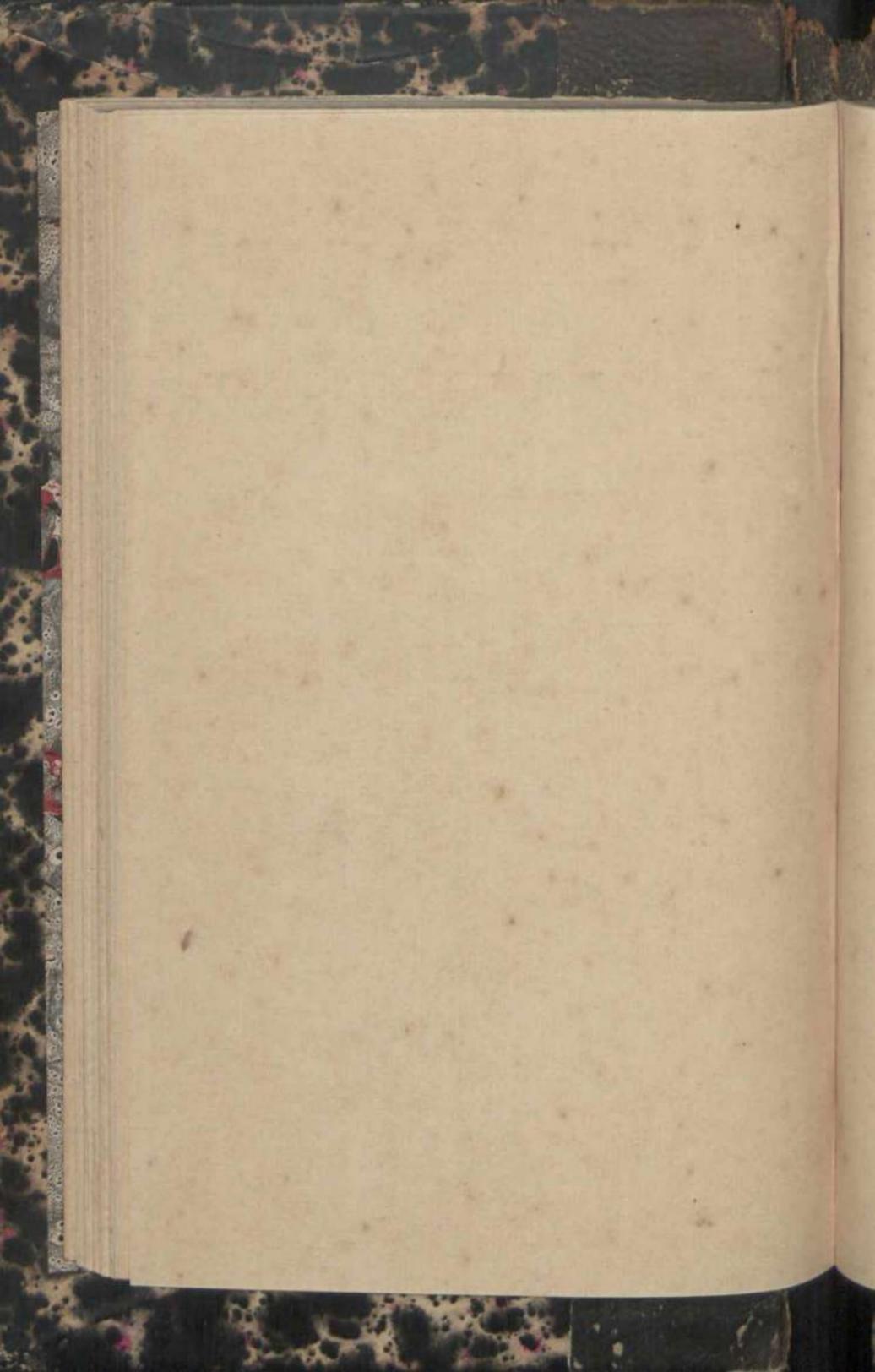
O Lente Cathedratico,

DR. JOAQUIM I. DE A. AMAZONAS.

Approved em Congregação de 27 de Março de 1912.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

3.ª CADEIRA DO 4.º ANNO

SEGUNDA PARTE

**DIREITO CRIMINAL, ESPECIALMENTE DIREITO MILITAR E
REGIMEN PENITENCIARIO**

Estudo da Parte Especial do Codigo

Professor Ordinario

Dr. Gervasio Fioravanti

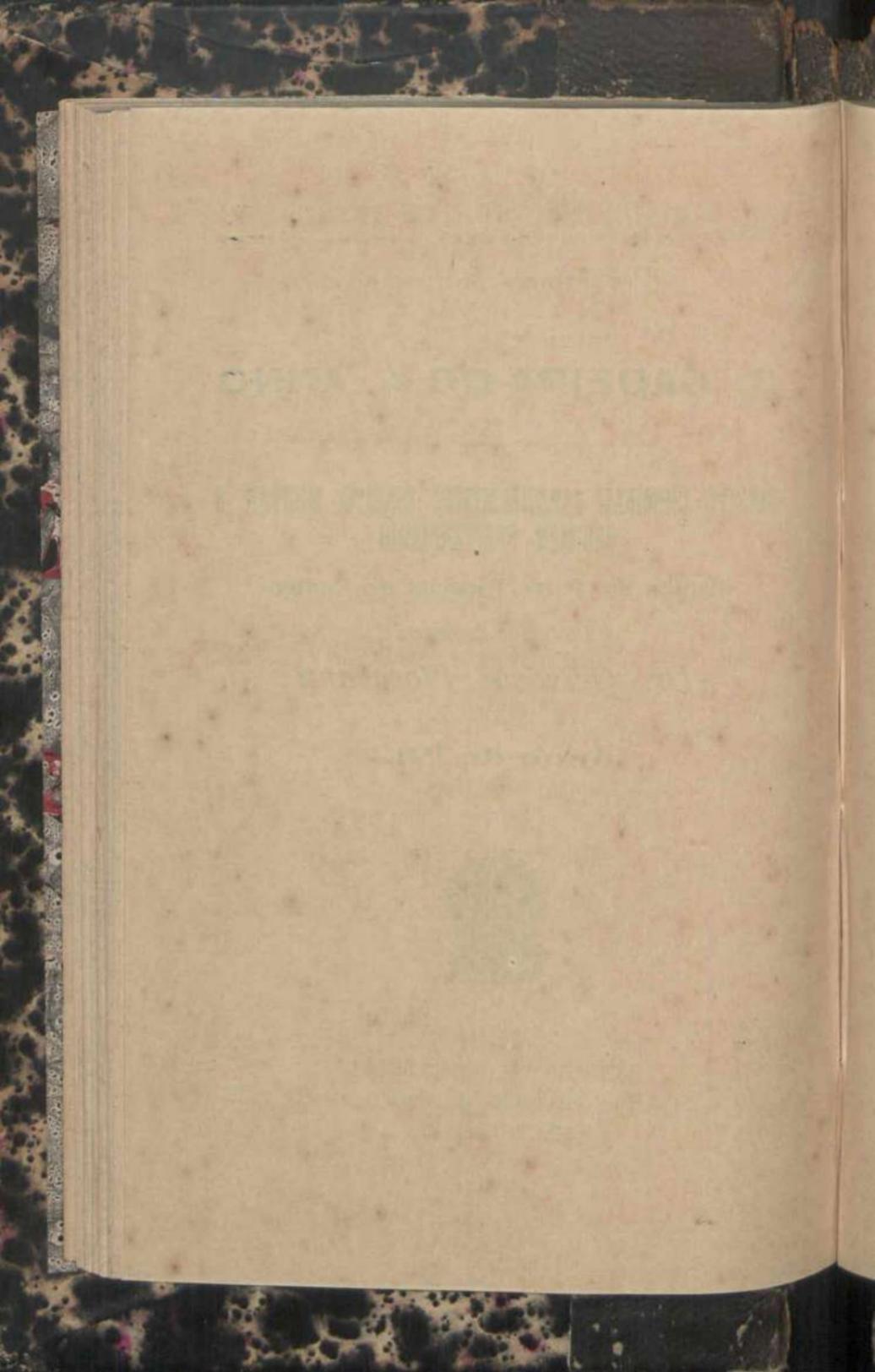
Anno de 1912



IMPRESA INDUSTRIAL

49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51

RECIFE—1912





Programma de Ensino

DA

3.^a Cadeira do 4.^o Anno

SEGUNDA PARTE

**Direito Criminal, especialmente Direito Militar e Regimen
Penitenciario**

Estudo da Parte Especial do Codigo

(Continuação)

1. Dos crimes contra a segurança da pessoa e vida
a) homicidio ; b) infanticidio ; c) suicidio.
2. a) Aborto ; e) lesões corporaes ; f) duello.
3. Dos crimes contra a honra e boa fama.
4. Dos crimes contra a propriedade publica e a particular e dos contra a pessoa e a propriedade.
5. Theoria das contravenções. Legislação comparada. Contravenções em especie.

Direito Militar

6. Etiologia da criminalidade militar; sua comparação com a *communis*. De uma anthropologia do militar delinquente.
7. Noção do direito militar; sua evolução historica. Conceito do crime militar; legislação patria e estrangeira. Divisão dos crimes militares.
8. A lei penal militar em relação ao tempo, ao espaço e á condição das pessoas.
9. Responsabilidade criminal militar; causas que derimem a criminalidade e justificam os crimes.
10. Aggravantes e attenuantes no Direito Militar brasileiro.
11. Systema penal do direito militar brasileiro. Extinção da acção penal e da condemnação.
12. Dos crimes em especie. Influencia do tempo de guerra na jurisdicção militar.

Regimen Penitenciario

13. Da pena e sua historia. Do systema penal brasileiro. Regimen e duração das penas.
14. A prisão em *communis* e a prisão cellula. Dos systemas penitenciarios Philadelphiano, Auburniano e Irlandez com seus consecutarios.
15. Da colonisação penal por meio de transportação; sua historia e sua critica. Deportação, desterro, relegação e banimento.

16. Da pena de reclusão. Da prisão com trabalho obrigatorio. Prisão disciplinar. Interdição, suspensão e perda do emprego, privação e perda do exercicio de profissão e arte.
17. Penas pecuniarias. Da satisfação do damno.
18. Dos assignalamentos anthropometricos. Da Dactyloscopia; registros penaes.
19. Da segregação por tempo indeterminado. Critica das penas carcerarias de pequena duração. Condemnação e sentença condicionaes.
20. Dos hospicios penaes. Da pena de morte.
21. O problema da individualisação da pena para as diversas escolas do Direito criminal. Individualisação legal, judiciaria e administrativa.

Faculdade de Direito do Recife, 1.º de Março de 1912.

O Professor ordinario,

DR. GERVASIO FIORAVANTI.

Approvedo em Congregação de 27 de Março de 1912.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

4.ª CADEIRA DO 4.º ANNO

E 3.ª DA 2.ª SERIE

Economia Politica e Sciencia das Finanças

Dr. Sophronio Portella

Professor ordinario

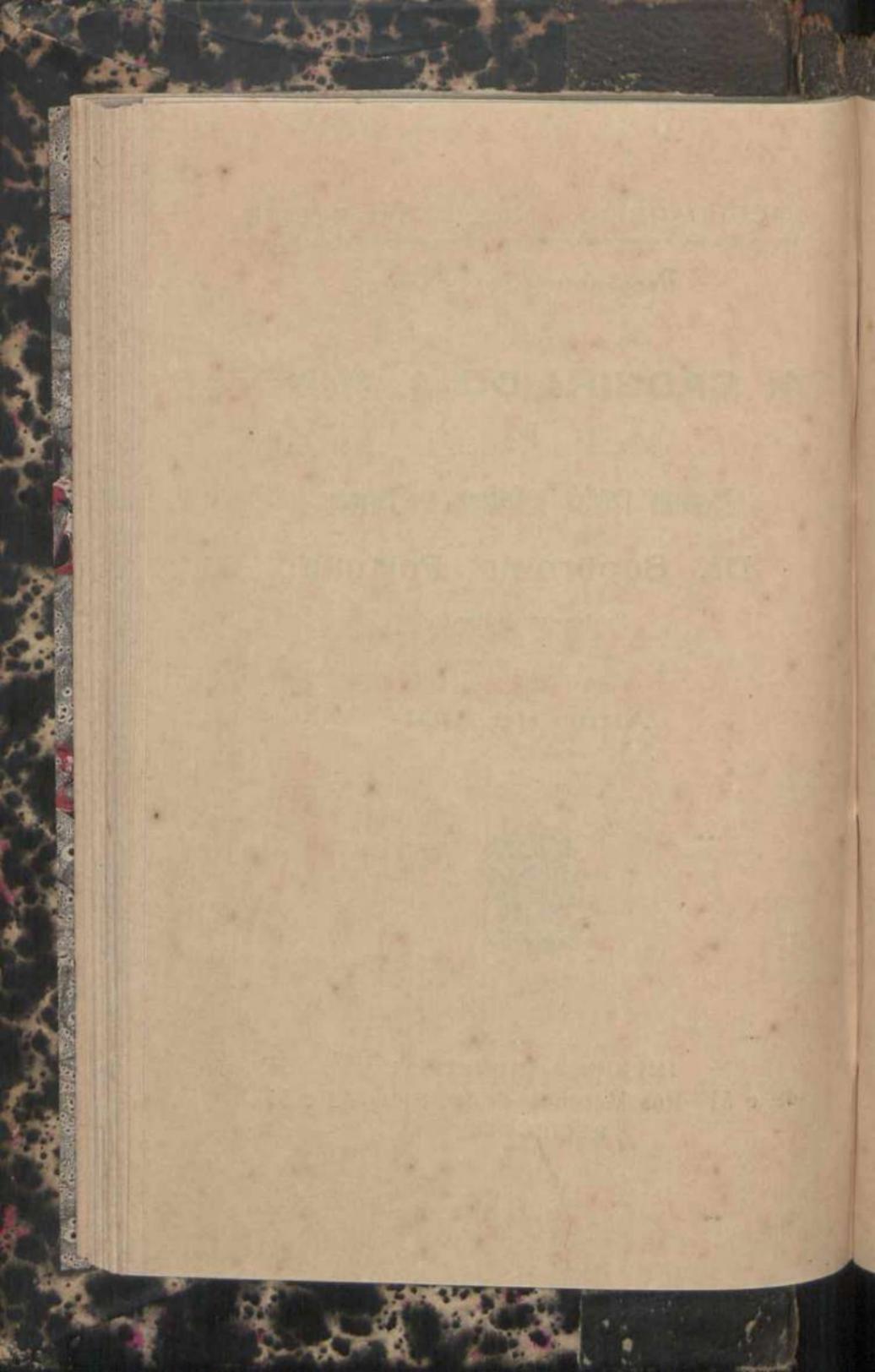
— — — — —
Anno de 1912



IMPRENSA INDUSTRIAL

49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51

RECIFE—1912



Programma de Ensino

DA

4.^a Cadeira do 4.^o Anno

E 3.^a DA 2.^a SERIE

Economia Política e Sciencia das Finanças

ECONOMIA POLITICA

NOÇÕES PRELIMINARES

1. Objecto, limites, definição, divisão, importancia, difficuldades, caracteres, relações e methodo da Economia politica.
2. Origem e historia do desenvolvimento e progresso da Economia politica. Systema mercantil, balança do commercio, systema regulamentar e protector, systema physiocratico, systema industrial.
3. Definição de alguns termos economicos: necessidade, satisfação, utilidade, riqueza, industria, troca, valor, preço, forças productivas da natureza e do homem.

DA PRODUCCÃO DA RIQUEZA

4. Ideia da producção; seus elementos.
5. Formas da producção; seu organismo.

6. Progresso e limites da produção.

CIRCULAÇÃO DA RIQUEZA

7. Ideia da circulação. Valor.
8. Moeda.
9. Credito. Substitutos da moeda.
10. Bancos.
11. Commercio. Transporte e comunicação.

REPARTIÇÃO DA RIQUEZA

12. Ideia da repartição. Propriedade privada. Salario.
13. Juro. Renda. Lucro. Contractos agrarios.
14. Instituições de previdencia.
15. Sociedades cooperativas. Coparticipação nos beneficios. Partilha do producto.

CONSUMO DA RIQUEZA

16. Ideia do consumo. Relações entre o consumo e a produção. Luxo.
17. População, pauperismo, caridade.

SCIENCIA DAS FINANÇAS

NOÇÕES PRELIMINARES

18. Conceito, limites, caracteres, fontes, importancia e divisão da Sciencia das Finanças.

DESPEZAS PUBLICAS

19. Conceito das despesas publicas ; seu caracter juridico, politico e economico ; sua classificação.

RECEITA PUBLICA

20. Receita publica originaria. Conceito e divisão do dominio fiscal ; sua administração ; sua renda.
21. Receita publica derivada. Conceito, razão e classificação das taxas sobre actos juridicos.
22. Taxas sobre meios de troca e de transporte.
23. Conceito, razão e normas do imposto. Incidência e pressão dos impostos ; sua classificação.
24. Systema tributario.
25. Imposto sobre producto dos bens immoveis.
26. Imposto sobre rendimentos dos bens moveis.
27. Impostos indirectos sobre transferencia de propriedade.
28. Impostos indirectos sobre consumo.
29. Impostos directos sobre rendimento e sobre patrimonio em geral.
30. Impostos locais.

RELAÇÃO ENTRE A RECEITA E AS DESPEZAS

31. Noções geraes sobre a relação que existe entre a receita e as despesas. Orçamento. Dívida pública.
32. Dívida fluctuante.
33. Dívida consolidada.
34. Administração da dívida pública.

Faculdade de Direito do Recife, 1.º de Março de 1912.

O Professor ordinario,

DR. SOPHRONIO E. DA PAZ PORTELLA.

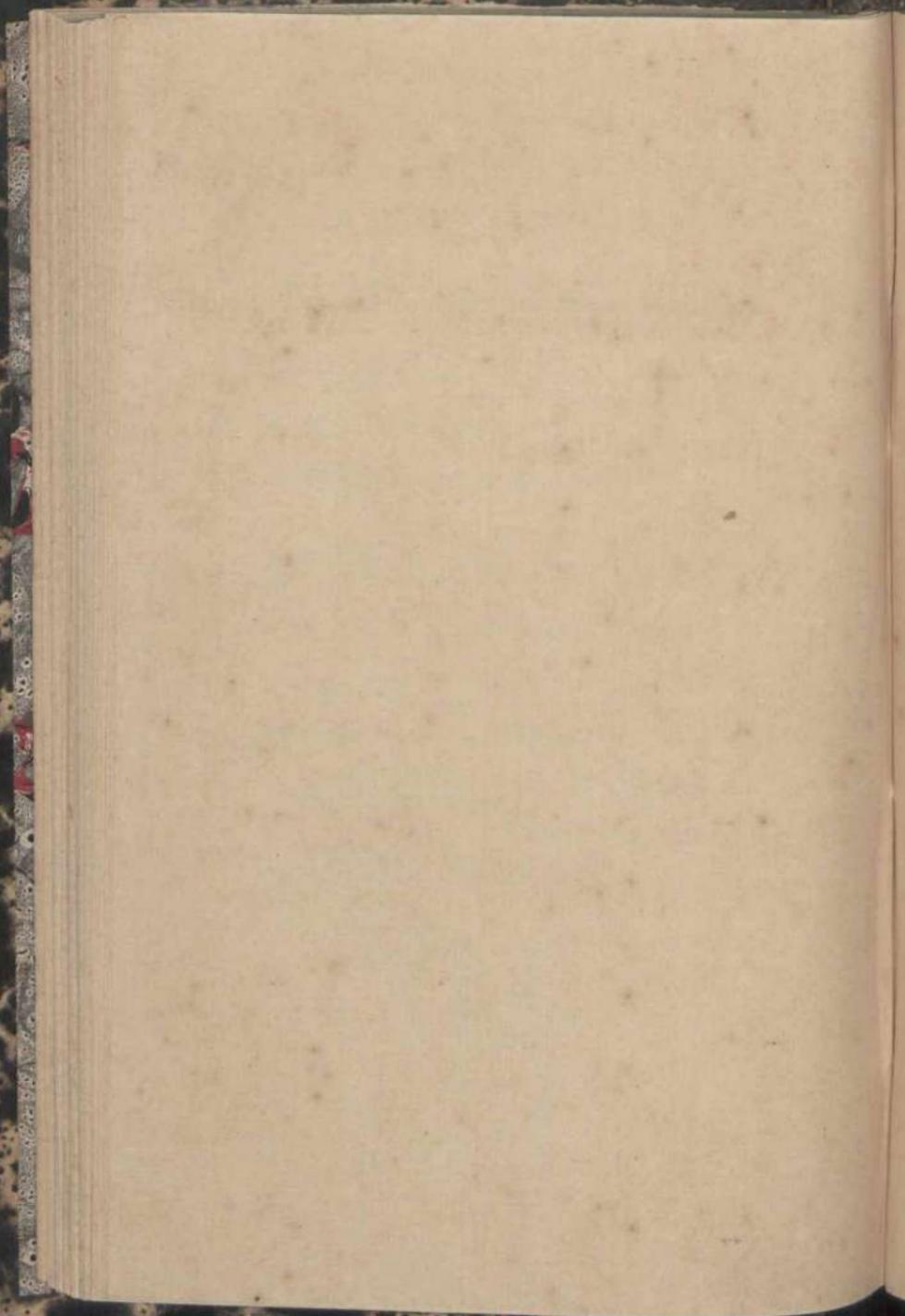
Approvado em Congregação de 27 de Março de 1912.

O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.







FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

1.ª CADEIRA DO 5.º ANNO

Theoria e Pratica do Processo

Dr. Bento Americo

Professor extraordinario em exercicio

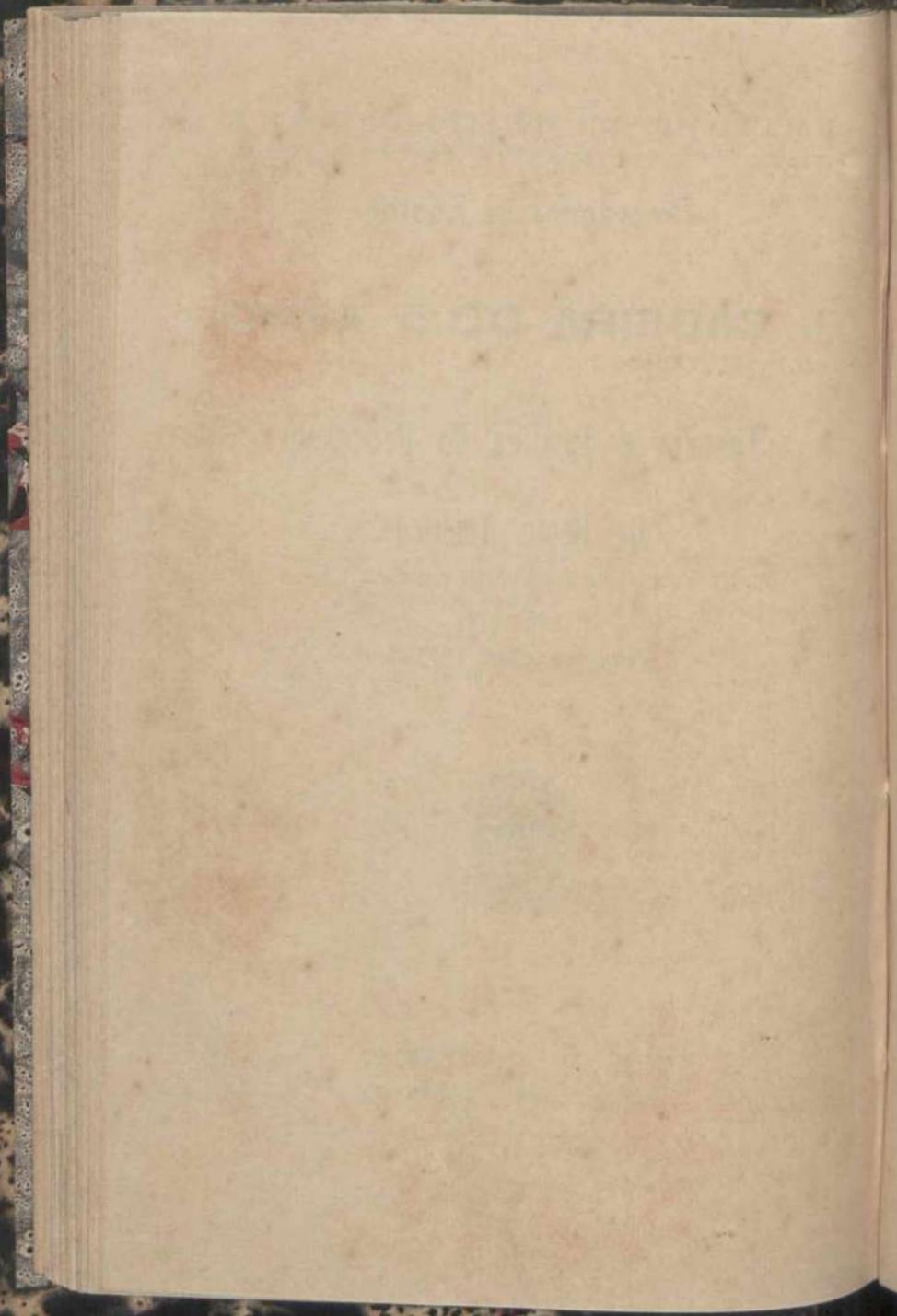
Anno de 1912



IMPRENSA INDUSTRIAL

49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51

RECIFE—1912



Programma de Ensino

DA

1.ª Cadeira do 5.º Anno

PARTE GERAL

1. Processo Sua importancia e necessidade. Condições essenciaes ao processo. Ordem natural e civil do processo.
2. Divisão do processo quanto ao seu objecto e quanto á sua forma. Razão de ser das differentes formas do processo.
3. Organização judiciaria e especialmente segundo a legislação patria.
4. Juizo arbitral. Vantagens e inconvenientes do juizo arbitral.
5. Ministerio publico.
6. Jurisdição e competencia.
7. Pessoas que figuram em juizo.

Parte civil e commercial

8. Acção. Diversas especies de acção.
9. Accumulação, concurso e extinção das acções.

10. Citação. Seu fundamento. Especies, requisitos, efeitos e formas da citação.
11. Contumacia. Especies e efeitos da contumacia.
12. Defesa. Contestação. Divisão, efeitos e formas da contestação. Reconvenção.
13. Excepção. Especies. Duração das excepções. Excepções admittidas pela legislação brasileira e processo respectivo.
14. Dilação. Prova. Systemas de provas.
15. Sentença. Sua importancia. Divisão e subdivisão, requisitos e efeitos da sentença.
16. Cosa julgada. Condições para a sua applicação. Influência dos julgamentos civis em relação aos criminaes e vice-versa. Limites da cosa julgada.
17. Actos e processos preliminares, preparatorios e preventivos.
18. Intervenção no processo.
19. Incidentes do processo.
20. Nullidades do processo.
21. Recursos.

Parte criminal

22. Acção criminal. Meios de iniciar o processo. Acção publica e privada.
23. Provas criminaes.

24. Prisão. Fiança. *Habeas-corpus*.
25. Instituição do jury.
26. Recursos crimes.
27. Extinção do processo.

Pratica do processo civil e commercial

28. Acção ordinaria.
29. Acção summaria e acção summarissima.
30. Acção executiva.
31. Assignação de dez dias.
32. Acção de deposito. Remissão e excussão do penhor.
33. Execução de sentença.
34. Incidentes da execução.

Pratica do processo civil

35. Interdictos possessorios.
36. Nunciação de obra nova.
37. Despejo de predios urbanos.
38. Divisão e demarcação de terras.
39. Inventario e partilha. Seus incidentes.

40. Abertura do testamento. Reducção do testamento a publica forma. Contas da testamentaria.
41. Fallencia e seus incidentes. Meios preventivos para evitar a fallencia.
42. Acção de soldadas e de seguros.

Pratica do processo criminal

43. Formação da culpa e julgamento nos crimes communs.
44. Formação da culpa e julgamento dos crimes dos empregados publicos não privilegiados.
45. Processo da fiança e do *habeas-corpus*.
47. Execução criminal e seus incidentes.

Faculdade de Direito do Recife, 4 de Março de 1912.

O professor extraordinario, effectivo da 7.^a secção.

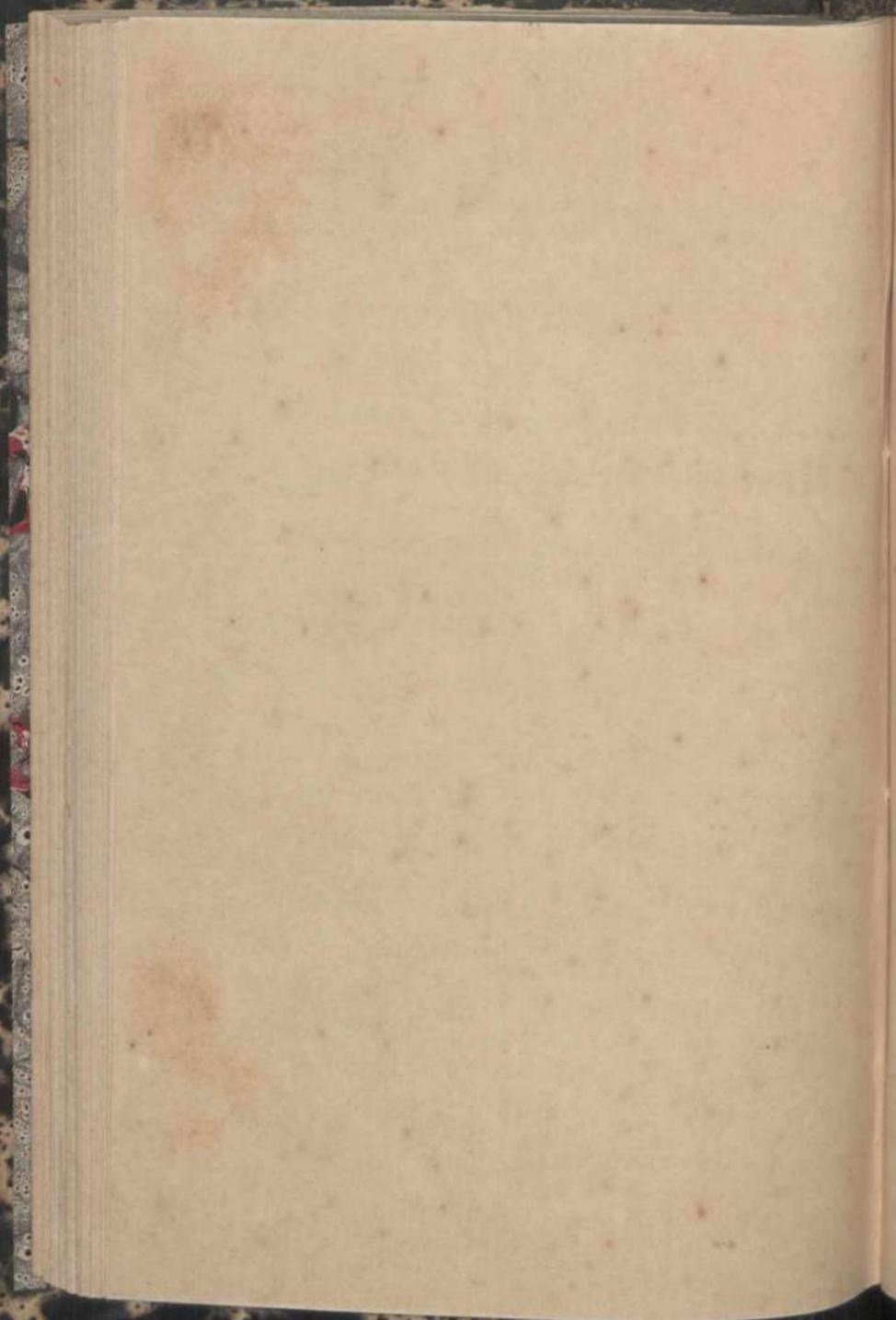
DR. BENTO AMERICO CAVALCANTI SOBRINHO

Approved em Congregação de 27 de Março de 1912.

O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

E 2.^a DA 2.^a SERIE

**Sciencia da administração
e Direito Administrativo**

Dr. Laurindo Leão

Professor ordinario

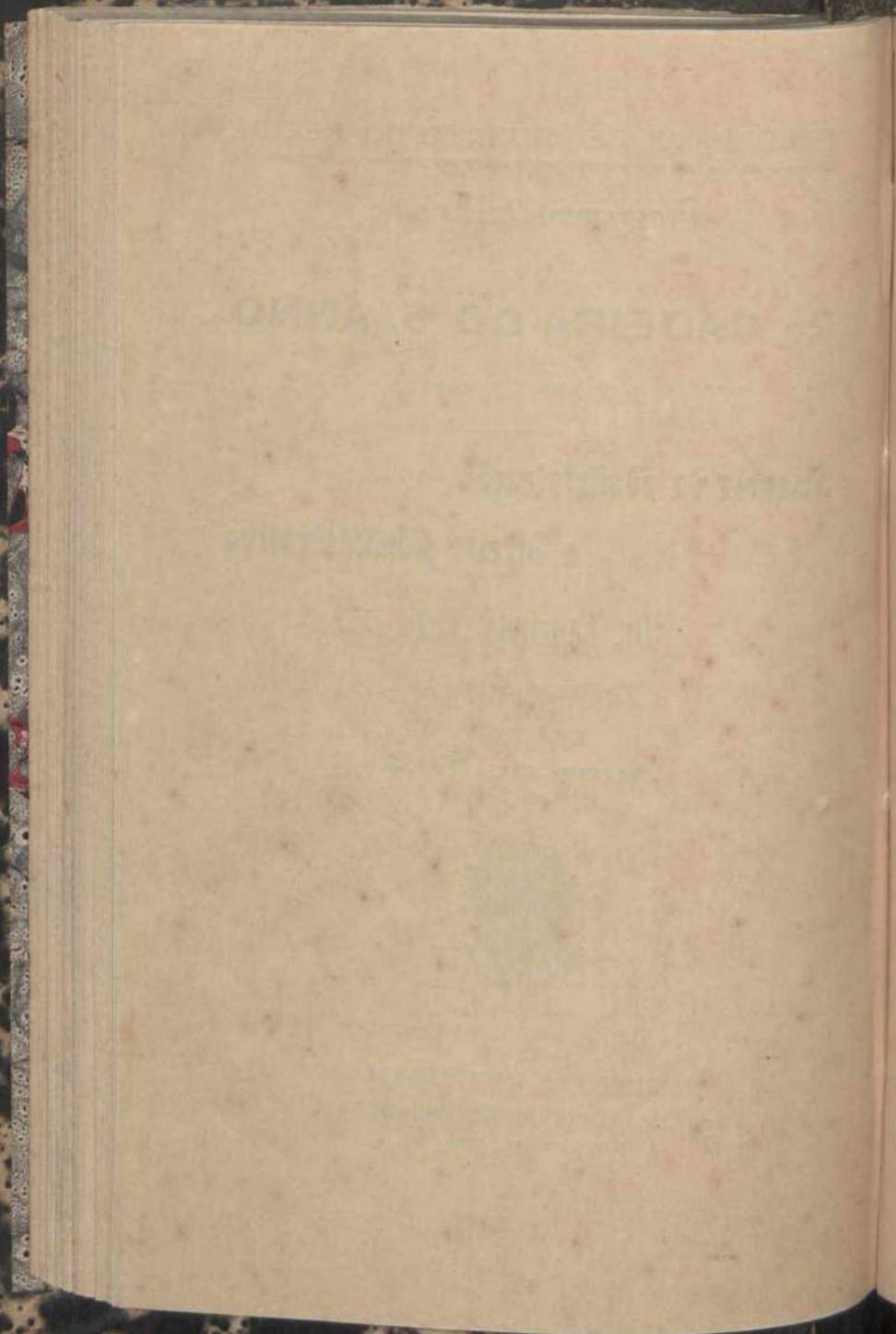
Anno de 1912



IMPRENSA INDUSTRIAL

49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51

RECIFE—1912



Programma de Ensino

DA

2.^a Cadeira do 5.^o Anno

E 2.^a DA 2.^a SERIE

Sciencia da administração e Direito Administrativo

1. Sciencia da administração. Direito administrativo. Objecto, relações e influencia reciprocas.
2. O Estado. Critica das diversas theorias relativas aos seus fins. A determinação destes.
3. Acção social do Estado ; limites entre os quaes ella se deve conter.
4. Meios de que se serve o Estado para conhecer as condições da Sociedade, afim de exercer efficazmente a sua acção.
5. Acção do Estado quanto ás necessidades physicas da Sociedade. Segurança Publica. Saude Publica. Assistencia Publica. População.

6. Acção do Estado quanto ás necessidades economicas da Sociedade. Producção, circulação e consumo da riqueza.
7. Acção do Estado quanto ás necessidades culturaes da Sociedade. Instrucção Publica. Educação Popular.
8. Poderes publicos. Divisão, independencia e harmonia reciprocas.
9. Organização da administração; suas condições essenciaes.
10. Centralisação. Regimen que se lhe oppõe. Exame da questão sob o ponto de vista politico e sob o ponto de vista administrativo. Apreciação historica do systema em nosso paiz.
11. Phases da manifestação da actividade administrativa e consequente divisão das funcções da administração quanto ao seu fim. Nomeação e amovibilidade dos agentes da administração.
12. Hierarchia. Funcionario publico. Empregado publico. Condições intrinsecas e extrinsecas de sua nomeação.
13. Theoria das relações entre os empregados publicos e o estado. Deveres do empregado publico; sua responsabilidade. Direito do empregado publico: § 1.º Direito ao emprego § 2.º Indemnisação das despesas feitas; vencimentos; § 3.º Pensões; Monte-pio. Cessação do serviço publico. Empregados honorarios.
14. Jurisdicção administrativa. Contencioso administrativo. Juizes e Tribunaes administrativos. Necessidade das instancias.

15. Distincção entre o contencioso administrativo e o judiciário. Inconveniência de attribuir o contencioso administrativo ao Poder Judiciario. Desclassificações.
16. Conflictos, suas especies. A quem incumbe julgal-os.
17. Dos administrados, nacionaes e estrangeiros em suas relações com a administração publica.
18. Actos e formulas administrativas. Sua denominação e caracteres.
19. O Presidente da Republica. Attribuições. Responsabilidade. Tribunaes que o julgam. O vice-presidente.
20. Os ministros do Estado. Attribuições. Responsabilidade. Tribunaes que o julgam.
21. Relações do Poder Executivo com o Legislativo no tocante aos serviços administrativos. Votação das leis annuaes. Intervenção do Congresso na administração publica.
22. Os Estados. Seus Presidentes ou Governadores. Suas relações com o governo federal.
23. O Municipio, sua autonomia. Phases por que tem passado a organização municipal do Brazil.
24. Attribuições que competem actualmente á administração municipal. Natureza e caracter das funcções desta. Responsabilidade. Legislação municipal de Pernambuco.

25. Obrigações do Estado : ideia geral. Obrigações contractuaes e quasi contractuaes. Responsabilidade directa do Estado. Responsabilidade indirecta do Estado.

Faculdade de Direito do Recife, 4 de Março de 1911.

O Lente cathedrático

DR. ANTONIO GONÇALVES FERREIRA.

Faculdade de Direito do Recife, 1.º de Março de 1912.

O Professor ordinario,

DR. LAURINDO LEÃO.

Approvado em Congregação de 27 de Março de 1912.

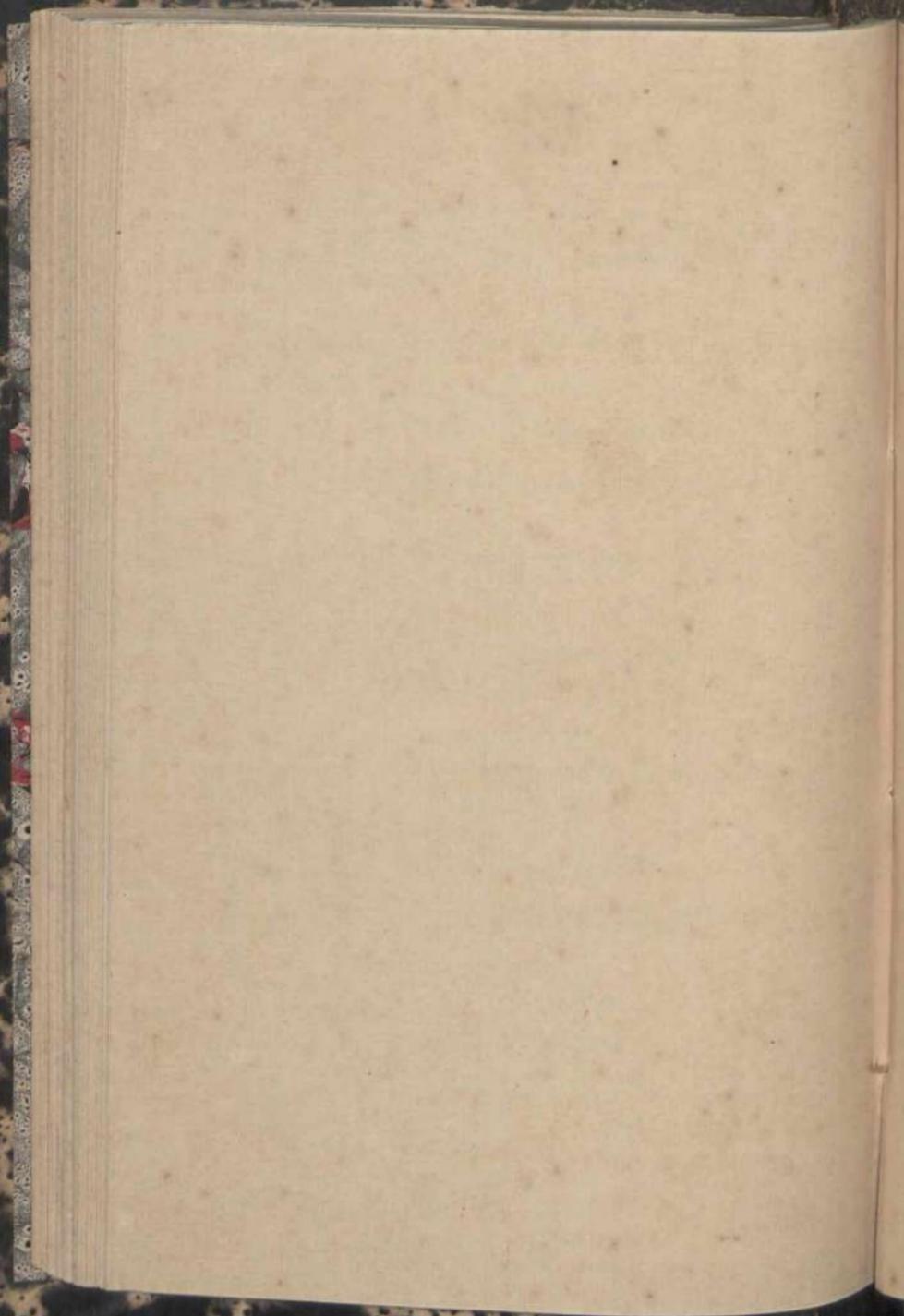


O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.







FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

3.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

Medicina Publica

Dr. Constançio Pontual

Professor Ordinario.

Anno de 1912



IMPRENSA INDUSTRIAL
49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51
RECIFE—1912

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

PHYSICS

DEPARTMENT OF PHYSICS

CHICAGO, ILL.

1900

1900



PHYSICS DEPARTMENT
UNIVERSITY OF CHICAGO
CHICAGO, ILL.
1900

Programma de Ensino

DA

3.^a Cadeira do 5.^o Anno

MEDICINA PUBLICA

PRIMEIRA PARTE

MEDICINA JUDICIARIA

PRIMEIRA SECÇÃO

Questões geraes

1. *Sexo.* Definição, divisão e caracteres scientificos. Vícios de conformação sexual. Hermaphrodisimo, sua divisão e consequencias sociaes e juridicas. Dos monstros, sua divisão e caracteres teratologicos. Legislação referente aos hermaphroditas. Do sexo como modificador da responsabilidade.
2. *Da idade.* Definição, divisão e caracteres scientificos. Idade de discernimento. Da idade como modificador da responsabilidade.
3. *Da identidade.* Definição. Provas juridicas da identidade. Da prova medica, signaes physiologicos e pathologicos. Valor dos estigmas profissionaes e da tatuagem. Da identidade no cada-ver e no esqueleto. Assignalamento anthropometrico. Dactyloscopia.
4. *Do estado mental.* Investigações necessarias para determinar o estado mental. Valor da heredita-

riedade. Estigmas physicos, intellectuaes e mo-
raes da degenerescencia hereditaria. Relações
da criminalidade e da degenerescencia.

5. *Da loucura.* Estudo medico legal da alienação men-
tal. Remissões e intervallos lucidos. Theorias
da responsabilidade proporcional e da irrespon-
sabilidade absoluta.
6. *Da embriaguez.* Embriaguez simples e pathologica.
Do alcoolismo chronico ou da loucura alcooli-
ca. Imputabilidade nos diversos grãos de em-
briaguez.
7. *Do hypnotismo.* Hypnotismo em medicina legal.
Suggestão intra e extra hypnotica. Crimes pra-
ticados pelo hypnotisado e sobre o hypnotisado.

Questões forenses

FORO CIVIL

8. *Nascimento.* Nascimentos precoces e tardios. Decla-
ração do nascimento. Da duração da gestação
em suas relações com a legitimidade da filiação.
Vida e viabilidade do recém-nascido.
9. *Casamento.* Definição do casamento. Influencia da
consanguinidade, da syphilis, do alcool e das
molestias nervosas na procreação. Motivos de
nullidade e de annullabilidade.
10. *Gravidez.* Concepção, superconcepção e super-
fetação. Prenhez, variedade, marcha e duração.
Prenhez simulada. Substituição, supressão,
supposição do recém-nascido. Parto. Signaes de
parto recente e antigo. Causas que prolongam
a duração do parto.
11. *Da sobrevivencia.* Determinação da prioridade da
morte nos casos communs. Sobrevivencia da
mãe ou filho durante o parto.

FORO CRIMINAL,

12. *Attentado contra o pudor.* Ultrage publico ao pudor. Attentado contra o pudor. Caracteres constitutivos destes crimes. Lesões resultantes do attentado contra o pudor.
13. *Estupro.* Definição e elementos constitutivos do crime. Diferença entre o attentado contra o pudor e o estupro. Lesões resultantes do estupro. Defloramento,
14. *Lesões corporaes.* Instrumentos perfurantes, cortantes, perfuro-cortantes e contundentes. Diversos typos de ferimentos e suas complicações. Relação do ferimento com a arma empregada. Lesões feitas durante a vida e *post mortem.*
15. *Classificação dos ferimentos.* Principios fundamentaes que servem de base á classificação dos ferimentos segundo o damno causado. Gravidade das lesões corporaes segundo a sua séde e órgãos lesados.
16. *Questões especiaes dos ferimentos.* Do grave incommo do de saúde resultante de um ferimento. Da inhabilitação do serviço activo. Da privação do uso ou inhabilitação do membro ou órgão. Da deformidade.
17. *Do Homicídio.* Lesões mortaes e lesões que se tornam mortaes em virtude de complicações ultteriores. Da lesão mortal segundo a nossa lei penal. Estudo das concausas.
18. *Do aborto criminoso.* Definição e elementos constitutivos do crime. Do aborto legal, suas indicações justificativas. Substancias abortivas e meios mais commumente empregados para realizar o aborto. Lesões consecutivas ao aborto.

19. *Do infanticídio.* Definição e elementos constitutivos do crime. Diferença entre aborto, infanticídio e homicídio *commum*. Conceito jurídico do termo recém-nascido. Do infanticídio por omissão e comissão. Provas da vida extra-uterina da criança.
20. *Das asphyxias.* Da asphyxia em geral. Suffocação. Estrangulamento. Afogamento. Asphyxias por gases toxicos.
21. *Envenenamento.* Definição e caracteres do crime. Signaes de envenenamento. Regras a seguir nas autopsias e exumações respectivas. Quesitos relativos ao envenenamento criminoso.
22. *Da morte.* Morte subita e suas causas. Da morte real e apparente, diagnostico differencial. Phenomenos cadavericos e marcha da putrefacção. Data da morte. Fauna cadaverica. Autopsias e exumações.

Jurisprudencia Medica

23. *Deveres dos medicos.* Do medico como perito e como testemunha. Segredo medico. Autoridades que podem reclamar a presença de um medico. Legislação e decisões juridicas referentes á obrigação imposta aos medicos quando requisitados pela autoridade.
24. *Documentos medicos.* Vistoria medico-legal em materia civil e criminal. Auto de corpo de delicto, exames de sanidade, modo de proceder. Attestados, relatorios, consulta medico-legal e deposição oral.

SÉGUNDA PARTE

Hygiene Social

25. *Definição e divisão da hygiene.* Historia e futuro da hygiene, seu papel nas sociedades modernas.
26. *Dos modificadores.* Noções succintas sobre modificadores physicos, chimicos, biologicos e sociaes.
27. *Hygiene das cidades* Aguas potaveis. Exgottos. Vias publicas. Ruas. Habitações. Edificios publicos.
28. *Condições materiaes da vida.* Alimentação. Alojamento. Sociedades cooperativas.
30. *Prophylaxia.* Prophylaxia aggressiva e defensiva. Prophylaxia das molestias contagiosas, não contagiosas, exoticas e individuaes.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1912,

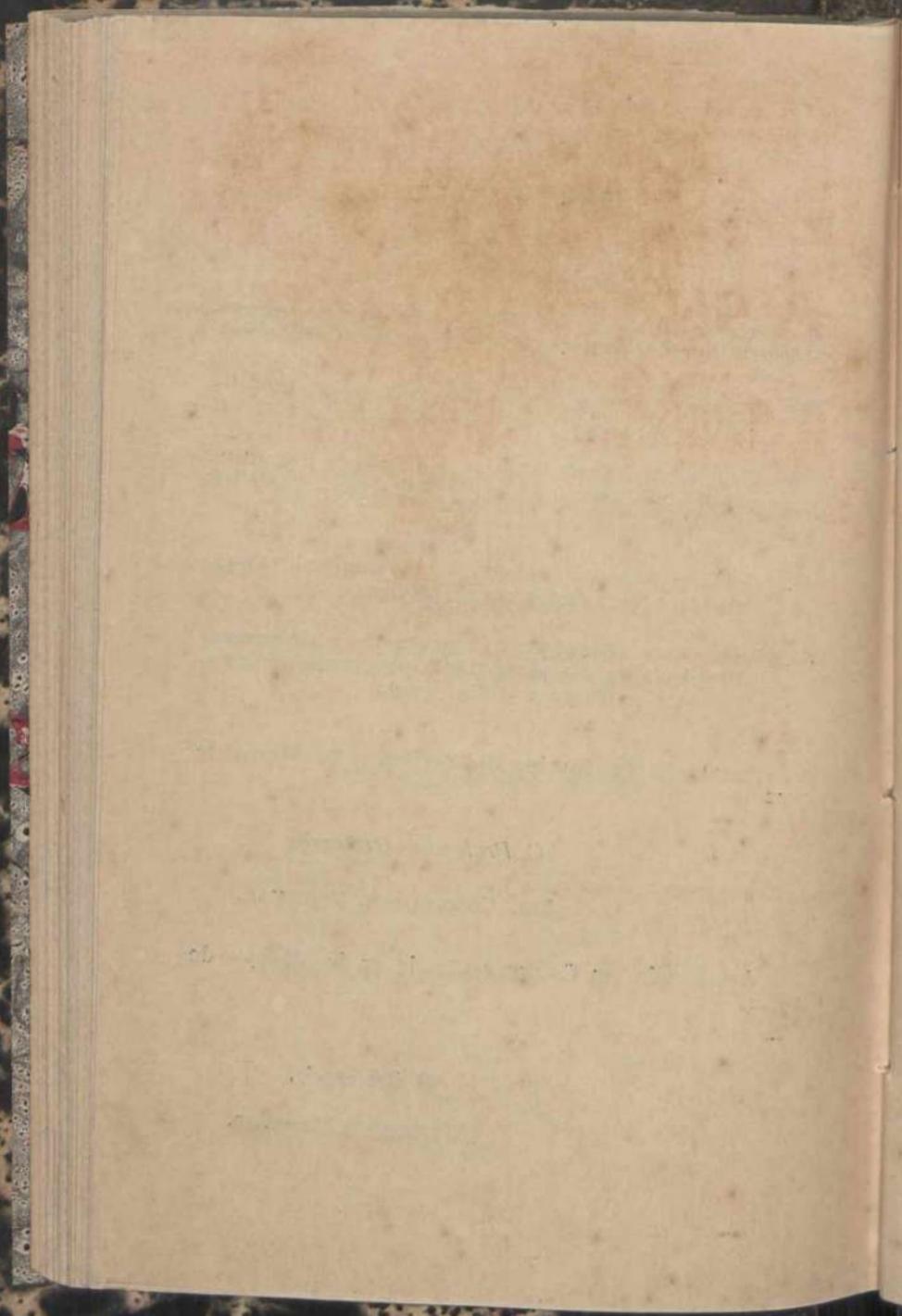
O Professor Ordinario,

DR. CONSTANCIO PONTUAL.

Approvado em Congregação de 27 de Março de 1912.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

4.ª CADEIRA DO 5.º ANNO

LEGISLAÇÃO COMPARADA

Dr. Hersilio de Souza

Professor extraordinario em exercicio

Anno de 1912



IMPRENSA INDUSTRIAL

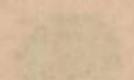
49 e 51—Rua Visconde de Itaparica—49 e 51
RECIFE—1912

LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF TORONTO

1827

1827

1827



Programma de Ensino

DA

4.ª Cadeira do 5.º Anno

LEGISLAÇÃO COMPARADA

PARTE GERAL

1. Noção do direito. Legislação Comparada em geral. Objecto da cadeira e necessidade do seu estudo. Universalisação do direito.
2. Filiação jurídica. Formação do direito privado moderno; correntes romana, germanica e canonica. Classificação de legislações. Grupos.
3. Movimento codificador do direito privado moderno. O direito nacional e sua evolução até agora.

PARTE ESPECIAL

(Direito Civil)

4. Pessoa. Pessoas naturaes e Pessoas jurídicas.
5. Esponsaes. Casamento. Divorcio.
6. Regimen de bens entre conjuges.

7. Patrio poder. Tutella e Curatella.
8. Posse e Propriedade.
9. Obrigações.
10. Successões.



(Direito Commercial)

11. Commercio. Commerciante. Sociedades commerciaes. Unificação do Direito Commercial ao Civil.
12. Contractos commerciaes. Lettra de cambio. Direito marítimo.
13. Fallencia.

(Direito Processual)

14. Processo. Forma antiga e moderna.

(Direito Internaci:nal Privado)

15. Extrangeiros. Seus direitos. Caução *judicatum*

solui. Direito Autoral. Extraterritorialidade da
Fallencia. Execução de sentenças.

Faculdade de Direito do Recife, 4 de Março de
1911.

O professor extraordinario em exercicio,

DR. HERSILIO DE SOUZA.

Approvado em Congregação de 1.º Março de
1912.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



F. D R.

378.81

R 297 p

2185-



